



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

LIKOU SHIMIZU SUMIYORI

**SILÊNCIO E INVISIBILIDADE: A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
A MULHER NAS BASES MILITARES NORTE-AMERICANAS DE
OKINAWA (1947-2016)**

MARÍLIA-SP

2023

LIKOU SHIMIZU SUMIYORI

**SILÊNCIO E INVISIBILIDADE: A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
A MULHER NAS BASES MILITARES NORTE-AMERICANAS DE
OKINAWA (1947-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

MARÍLIA

2023

S955s	Sumiyori, Likou Shimizu Silêncio e Invisibilidade : A violência sexual contra a mulher nas bases militares norte-americanas de Okinawa (1947-2016) / Likou Shimizu Sumiyori. -- Marília, 2023 51 p. : fotos, mapas Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos 1. Violência Sexual. 2. Okinawa. 3. Bases militares. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Likou Shimizu Sumiyori

**SILÊNCIO E INVISIBILIDADE: A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A
MULHER NAS BASES MILITARES NORTE-AMERICANAS DE
OKINAWA (1947-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Mestranda Danielle Gonçalves Passos do Nascimento
UNESP - Câmpus de Marília

Mestranda Enndiel dos Santos Mendes
UNESP – Câmpus Marília

Marília, 01 de fevereiro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Akiko e Shindo, que me deram todo o suporte possível durante toda a minha jornada acadêmica e na vida, sei o quão difícil foi viver e criar seus filhos em um país como o Brasil, sendo imigrantes não falantes da língua portuguesa. Sempre levarei comigo o amor, o incentivo e a lição que me passaram de como o poder da educação pode ser transformadora.

Ao meu irmão, Guendo, que mesmo distante, esteve presente em momentos que precisei, inclusive para encontrar materiais para a realização dessa pesquisa.

Ao Giovanni, que esteve ao meu lado todos esses anos, me apoiando e ajudando em todas as minhas decisões, sendo um verdadeiro companheiro.

Ao meu orientador, Professor Dr. Rodrigo Passos, que me acompanhou os meus três anos da graduação ensinando e me ajudando, tanto na vida quanto na universidade. Nunca me esquecerei de suas palavras de motivação e de apoio.

Às minhas amigas que a Unesp me deu, Laura e Maria Fernanda. A minha vida acadêmica foi bem mais leve e divertida com vocês ao meu lado.

À Hatsue Miyamae (*in memoriam*). A sua força e bondade vão estar sempre comigo, obrigada por sempre ter acreditado na minha capacidade e por ter proporcionado as melhores lembranças da minha infância.

Aos colegas e professores de diversos grupos de extensão e de pesquisa que participei nesses quatro anos. A experiência e o conhecimento que adquiri com cada um é insubstituível. Obrigada por me acolherem e contribuírem para o meu crescimento.

Aos outros amigos, familiares e professores que me acompanharam de alguma forma na minha vida pessoal e acadêmica.

E por fim, agradeço por todas as mulheres okinawanas que eu tive a honra de citar neste trabalho. Desejo que suas histórias sejam devidamente ouvidas e respeitadas hoje e sempre.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as diversas questões que permeiam o silenciamento e a invisibilidade das mulheres vítimas de violência sexual, a partir de um viés feminista e de gênero, em Okinawa, uma ilha japonesa que abriga 32 bases militares estadunidenses desde sua ocupação no ano de 1945. Entende-se que o objeto referido possui uma relevância maior na produção científica brasileira pois, não existe, até o momento da elaboração desse texto, um material em português que aborda sobre o assunto e por consequência, se observou também que o material existente foi produzido apenas nos idiomas, inglês e japonês. Além disso, foi levado em consideração que as questões abordadas na pesquisa possuem especificidades históricas, culturais e sociais que envolvem vivências diversas de mulheres okinawanas que estão inseridas em um recorte de gênero e político específico da sua localidade, que, por sua vez, tem fortes impactos na forma de opressão e subalternidade onde são submetidas. Nesse sentido, foi utilizado autores feministas do campo das Relações Internacionais e também fora dele, além do método gramsciano de hegemonia e tradução. O texto será dividido em três grandes periodizações, onde cada uma delas corresponde à um caso específico de violência sexual ocorrida na ilha e às suas particularidades políticas que envolveram as diferentes fases do militarismo estadunidense e a relação EUA X Japão X Okinawa: a) 1947-1972, período de construção das bases em Okinawa com maiores dificuldades de documentação sobre as ocorrências; b) 1972-1995, tomando-se 1972 como o ano em que começam a existir, mesmo com ressalvas, estatísticas mais detalhadas sobre os ocorridos; c) 1995-2016, anos de início e fim de conjunto de violências conhecidas e relatadas que tiveram maior publicidade e visibilidade. Na última parte, será apresentada uma análise sobre uma outra perspectiva das mulheres okinawanas, aquela denominada *amejos*.

Palavras-chave: Mulheres Okinawanas; Japão; *Amejos*.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the various issues that permeate the silencing and invisibility of women victims of sexual violence, from a feminist perspective and gender, in Okinawa, a Japanese island that has been home to 32 US military bases since its occupation in the year 1945. It is understood that the referred object has a greater protection in Brazilian scientific production because, until the moment of writing this text, there is no a material in Portuguese that addresses the subject and consequently, if provided also that the existing material was only produced in the languages, English and Japanese.

In addition, it was taken into account that the questions addressed in the research have historical, cultural and social specificities that involve diverse experiences of women Okinawans who are embedded in a specific gender and political frame of their locality, which, in turn, has strong impacts in the form of oppression and subalternity Where are maintained. In this sense, feminist authors from the field of Internacional Relations were used and also outside it, in addition to the Gramscian method of hegemony and translation.

The text will be divided into three major periodizations, where each of them will correspond to a specific case of sexual violence that occurred on the island and its political particularities that would involve the different phases of US militarism and the US X Japan X relationship Okinawa: a) 1947-1972, period of construction of bases in Okinawa with greater difficulties in documenting the occurrences; b) 1972-1995, taking 1972 as the year in which it begins to exist, even with reservations, more influential statistics on the happenings; c) 1995-2016, years of beginning and end of known and reported set of violences which had greater publicity and visibility. In the last part, an analysis of another perspective of Okinawan women will be presented, the one called *amejos*.

Keywords: Okinawan Women; Japan; *Amejos*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Okinawa	7
Figura 2 - Mapa com localização de Okinawa	9
Figura 3 - Foto de Prisão do militar Isaac Hurt em 1955	16
Figura 4 - Mapa da Localização das Bases Militares em Okinawa	20
Figura 5 - Mapa com as Bases Militares Estadunidenses no Japão	21
Figura 6 - Foto do “Okinawa Prefecture Citizens’ Mass Rally” de 1995	23
Figura 7 - Foto de Rina Shimabukuro, vítima de estupro e assassinato em 2016	27
Figura 8 - Foto de Suzuyo Takazato, uma das principais ativistas de Okinawa	31
Figura 9 - Foto do OWAAMV indo para o evento 2º America Peace Caravan em 1998	32
Figura 10 - Foto do OWAAMV em um dos protestos	33
Figura 11 - Trecho do vídeo do VICE sobre as <i>amejos</i>	39
Figura 12 - Foto da entrada do American Village	41
Figura 13 - Foto aérea do American Village	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	1947 A 1972: FIM DA BATALHA DE OKINAWA, CONSTRUÇÃO DAS BASES MILITARES ESTADUNIDENSES E A OMISSÃO DOS PRIMEIROS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	5
2.1	Introdução	5
2.2	Contexto histórico	5
2.3	A violência sexual durante e depois da Batalha de Okinawa	9
2.4	O caso “Yumikochan Jiken”: o primeiro caso de violência sexual considerada relevante e seus desdobramentos	14
2.5	Conclusão do capítulo	18
3	1972 A 1995: OKINAWA DE VOLTA AO CONTROLE JAPONÊS, CASO DE 1995 E O INÍCIO DA DOCUMENTAÇÃO DOS CASOS	19
3.1	Introdução	19
3.2	Contexto histórico	19
3.3	Caso de 1995: descrição, especificidades e consequências	21
3.4	Conclusão do capítulo	25
4	1995-2016: CASO DE RINA SHIMABUKURO E OS MOVIMENTOS FEMINISTAS ANTIMILITARISTAS	26
4.1	Introdução	26
4.2	Caso de estupro e assassinato de Rina Shimabukuro: o que muda do caso de 1995?	26
4.3	<i>Okinawa Women Act Against Military Violence</i> : o ativismo de mulheres feministas contra o militarismo na ilha	29
4.4	Conclusão do capítulo	35
5	AMEJOS: UMA OUTRA REALIDADE DAS MULHERES OKINAWANAS	37
5.1	Introdução	37
5.2	Mulheres <i>amejos</i> : definição e vivência	37
5.3	<i>Amejos</i> : militarismo e a fetichização da mulher asiática	40
5.4	Conclusão do capítulo	45

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as diversas questões que permeiam o silenciamento e a invisibilidade da violência sexual contra mulheres nas bases militares estadunidenses de Okinawa, em um recorte temporal específico, que vai do ano de 1947 até o ano de 2016. Neste sentido, é importante destacar a complexidade que o objeto referido se insere, onde a sua razão será trabalhada ao longo do texto, porém, de início, é possível citar alguns elementos fundamentais que acompanhará na argumentação da mesma: a relação hegemônica de Estados Unidos e Japão com Okinawa, o imperialismo estadunidense, a diversidade de visões de mulheres okinawanas em relação aos militares estadunidenses e a simbologia do estupro nos arranjos de uma Okinawa colonizada.

A escolha do objeto para a pesquisa, justifica-se em face do que se segue. Primeiramente, a condição da mulher no âmbito mais holista das estruturas históricas do Japão se reveste em condição subalterna que, embora com diferentes temporalidades, persiste de forma indelével em diversos campos da sociedade japonesa, que vai desde a filologia até a política. Nesse sentido, é possível exemplificar uma parte dessas múltiplas mediações históricas que situam a condição feminina observando que no kanji (ideograma japonês), existe o “安”, que corresponde à palavra “barato”, possui em sua composição, o ideograma “女” que significa “mulher”. Acrescente-se em termos mais recentes a isto a enorme lacuna que ainda existe na sociedade japonesa no tocante a avanços para as mulheres, referentes a posições em cargos públicos, eletivos e governamentais em comparação a outros Estados. Ainda exemplificam isto a enorme resistência existente na apuração e julgamentos de casos recentes de violências contra as mulheres, bem como a enorme recusa à preservação de seus nomes originários nos casamentos, e outros fatos não tão recentes, como a enorme convivência e um grande silenciamento em posturas no pós-guerra contra crimes de guerra como os estupros e morticínios em massa de Nanquing de 1937 e aqueles direcionados às mulheres de conforto coreanas ao longo da Segunda Guerra.

Em segundo lugar, as diversas formas da constante invisibilidade e silenciamento sofridas pelas mulheres okinawanas, inclusive na perspectiva hegemonicamente (GRAMSCI, 1975) masculinizada do campo disciplinar e prático (KRONSELL, 2006) das Relações Internacionais. Foi observado durante toda a pesquisa, o contexto de um esforço deliberado para apagar e silenciar as marcas e consequências da ocupação no tocante às vítimas femininas

de violência sexual envolvendo as bases militares estadunidenses em Okinawa, uma ilha com um histórico complexo de dupla colonização e marginalização, inicialmente um reino independente, até que em 1879 foi invadido pelo Japão e se tornou uma de suas províncias e posteriormente, em 1945, na Segunda Guerra Mundial, ocorre a “segunda conquista” da ilha pelos Estados Unidos, em uma luta sangrenta e cruel intitulada “Batalha de Okinawa”.

Nesse sentido, a pesquisa busca atingir dois objetivos principais. O primeiro objetivo central resume-se no seguinte problema: a partir de um viés feminista que considere especificidades culturais, sociais e históricas, como analisar a violência contra a mulher no tocante à base de Okinawa de 1947 a 2016 a partir das fontes disponíveis? O segundo objetivo central consiste no teste da seguinte hipótese: no período em questão, a literatura disponível pouco evidencia sobre o viés específico das mulheres vitimadas e boa parte de aspectos das narrativas e das análises disponibilizadas aponta para o silenciamento e a invisibilidade das mesmas, agravado pelos vieses não atentos às questões específicas japonesas e femininas.

No que se refere à metodologia, as abordagens adotadas possuem um cuidado para analisar e situar o objeto referido em suas especificidades culturais e históricas, para que não ocorra nenhum anacronismo decorrente de uma abordagem internacionalista hegemônica ou de viés eurocêntrico ou “ocidental” que reifica a concretude de carne e osso das mulheres okinawanas em questão. Assim, a pesquisa trabalha através de um viés feminista, onde as referenciais utilizadas se remetem ao feminismo no campo disciplinar internacionalista de autoras como Enloe (2000) e Tickner (2001) e também fora dele, com teóricas como Safiotti (1976) e Davis (2016), além das consequências teórico-práticas que surgiram ao longo do trabalho. Assim, a abordagem adotada, que possui um caráter holista, histórico, inter-relacional e interseccional, que não separa sujeito, objeto, classe, raça e outras questões pertinentes, busca se atentar especificamente ao papel da mulher e a sua relação nos arranjos onde o seu protagonismo e os aspectos decorrentes deste são considerados como irrelevantes e marginais (ENLOE, 1996, 2000) nas Relações Internacionais. Neste caso, que se referem às diferentes atuações das mulheres em Okinawa, que vão além dos seus papéis como vítimas. Portanto, não será utilizada uma visão feminista “ocidental”, onde Butler (1990) indica que:

Esta forma de teorização feminista foi criticada por seus esforços de colonizar e se apropriar de culturas não ocidentais, instrumentalizando-se para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão, e também por tender a construir um “Terceiro Mundo” ou mesmo um “Oriente” em que a opressão de gênero é sutilmente explicada como sintomática de um barbarismo intrínseco e não ocidental (BUTLER, 1990, p.17).

Além disso, na linha de raciocínio apontada, assume relevância aspectos decorrentes do método gramsciano ao se desdobrar de sua categoria de hegemonia. Quais sejam, a primeira seria seu historicismo absoluto, do qual se desdobra de que não existe repetição e analogia histórica. A segunda seria a análise de relações de força, segundo a qual não se pode focar somente em uma conjuntura ou em uma única dimensão de análise e sim em todo um processo histórico, derivando o entendimento de que forças sociais e históricas somente podem ser tomadas como esgotadas após o desenvolvimento de todas as suas potencialidades e contradições, aliando conjuntura e longa duração, aspectos quantitativos e aparentes com forças históricas em múltiplas dimensões. A terceira seria a “tradução”, a resignificação de uma formulação ou conceito (mantendo alguns aspectos da sua elaboração original) para a sua peculiaridade histórica, cultural, social, econômica etc., cuja consecução seria não mecânica e profunda somente no âmbito do materialismo histórico. A aplicação de tais referências para análise da bibliografia buscará não focar somente nos aspectos interestatais ou de uma única dimensão, buscando o todo e entendendo que interno e internacional no objeto em tela fazem parte de um processo histórico mais amplo, incidindo principalmente sobre a particularidade da hegemonia norte-americana, considerando-se os nexos específicos com o objeto, a hegemonia masculina e pontos relevantes do imperialismo sobre o Japão e como ele se desdobra para as mulheres okinawanas.

No entanto, entende-se que seja necessário trazer as dificuldades encontradas durante o desenvolvimento do presente trabalho. A principal dificuldade corresponde à escassíssima literatura encontrada sobre a temática, sobretudo materiais que mostram relatos e perspectivas das próprias vítimas okinawanas, indicando já o silenciamento, a invisibilidade e a negligência que os casos de violência sexual de mulheres sofrem por parte principalmente do governo dos Estados Unidos, considerando que os agressores são os militares estadunidenses que se encontram nas bases em Okinawa, e do governo japonês, que apesar de considerar a ilha como seu território legítimo, corrobora para a marginalização da ilha. Ademais, os poucos materiais encontrados trabalhados são de língua inglesa ou japonesa. Até a conclusão deste trabalho não foram encontrados materiais que referenciassem o objeto referido na língua portuguesa. Considerando isso, destaca-se a relevância da obra *“Night in the American Village: Women in the Shadow of the U.S. Military Bases in Okinawa”* da autora estadunidense Akemi Johnson (2019) para este texto, pois esta trouxe um material único sobre as diversas visões das mulheres de Okinawa, fruto de uma pesquisa de campo na ilha, cujo conteúdo será explorado e utilizado durante todo o trabalho.

O texto será dividido através de uma ordem cronológica dos fatos com três grandes periodizações. Cada uma delas terá um foco maior para um caso de violência sexual específico que corresponde à época, analisando as suas circunstâncias e consequências, juntamente com a conjuntura política de Okinawa com o Japão e os Estados Unidos. A primeira parte irá abordar o período entre os anos de 1947 e 1972, que corresponde ao final da Segunda Guerra Mundial e da Batalha de Okinawa, onde se iniciou a invasão e o controle da ilha pelos estadunidenses e a construção das bases militares com maiores dificuldades de documentação sobre os casos de violência sexual. Nesta parte focará no caso “Yumikochan Jiken” ou “Yumikochan incident” que foi o sequestro, estupro e assassinato de uma menina de 6 anos, Yumiko Nagayama, por um sargento estadunidense em 1955. A segunda parte corresponderá o período entre os anos de 1972-1995, tomando-se que a partir do ano de 1972, começaram a existir maiores estatísticas mais detalhadas dos ocorridos, dando destaque ao caso de estupro coletivo de uma garota de 12 anos por três militares estadunidenses em 1995, que resultou em um novo panorama político nas relações entre a população okinawana com o Japão e os Estados Unidos. E a terceira analisará os anos de 1995 até 2016, período de início de um conjunto de violências contra as mulheres okinawanas que tiveram maior publicidade e visibilidade. Esta parte abordará o caso de estupro e assassinato de Rina Shimabukuro, uma mulher de 20 anos que foi morta e violentada por um ex-militar estadunidense que residia em Okinawa no ano de 2016, além das novas ondas de protestos anti-base na ilha e a atuação de grupos feministas de mulheres japonesas e okinawanas que lutam contra o militarismo em seu território. Na última parte, será apresentada uma análise sobre uma outra perspectiva das mulheres okinawanas, aquela denominada *amejos*.

2 1947 A 1972: FIM DA BATALHA DE OKINAWA, CONSTRUÇÃO DAS BASES MILITARES ESTADUNIDENSES E A OMISSÃO DOS PRIMEIROS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

2.1 Introdução

Este primeiro capítulo do trabalho se refere ao período que compreende os fatos históricos que ocorreram entre o ano de 1947 até 1972, onde será organizada primeiramente com o seu contexto histórico, abordando desde a contextualização da ilha de Okinawa, a Segunda Guerra Mundial e a Batalha de Okinawa, até uma breve menção sobre a conjuntura política do Japão com os Estados Unidos e a ilha.

Posto isso, será abordado a questão da violência sexual contra as mulheres okinawanas em dois momentos diferentes: durante a Batalha de Okinawa e no pós guerra, com a colonização e a construção das bases militares estadunidenses. No primeiro, não será trabalhado um caso de violência sexual em específico, porém, irá citar a situação de vulnerabilidade que a população okinawana foi colocada após a guerra, sobretudo as mulheres, e como esse contexto foi utilizado para que diversas violências contra elas ocorressem. Um ambiente marcado por um conflito que envolve relações entre militares, neste caso estadunidenses, e as mulheres locais, como Okinawa, muitas vezes é palco para que essa vulnerabilidade seja explorada e que os corpos femininos sejam passíveis de violência.

Por último, em um segundo momento, que corresponde ao período pós guerra, será trabalhado o caso de Yumiko Nagayama, uma garota de 6 anos que foi estuprada e assassinada por um militar estadunidense no ano de 1955. A importância deste caso se justifica pois, de acordo com Tanji (2006), ele foi o primeiro caso de violência sexual em Okinawa que culminou em uma onda de protestos na ilha contra as bases militares estadunidenses.

2.2 Contexto histórico

É fundamental compreender a história e o contexto político de Okinawa para o melhor entendimento das condições das mulheres okinawanas, pois a violência sexual sofrida por elas é justificada e silenciada justamente pelos fatores históricos e políticos que a ilha se insere. Nessa primeira parte do trabalho será abordada uma breve contextualização de Okinawa no que tange à colonização japonesa, a Batalha de Okinawa e a colonização estadunidense no final da Segunda Guerra Mundial.

Segundo Akibayashi e Takazato (2009), Okinawa é um arquipélago formado por cento e sessenta ilhas, localizadas no mar da China Oriental, onde quarenta delas são inabitadas. No

período que antecede a colonização japonesa, Okinawa era um reino independente, mais conhecido como o “Reino de Ryukyus”, onde por centenas de anos foi governado por gerações de imperadores e governantes próprios, que possuíam a sua própria cultura, com costumes e língua nativa, algo que infelizmente foi praticamente extinto com a anexação japonesa e como decorrência de sua postura imperialista de imposição do modo de vida sobre aquele anteriormente existente no reino mencionado. A sua história foi marcada por diversas tentativas de invasão por alguns outros países asiáticos, principalmente a China e o Japão, principalmente nos séculos XVI e XVII. E nesse sentido, por um conjunto de fatores políticos e econômicos que o reino estava passando em meados dos anos de 1800, como afirma Kerr (2000), ele foi forçado a abdicar de sua soberania ao Japão, no ano de 1879, ação que foi forçada pelo próprio governo japonês.

Figura 1 - Mapa de Okinawa



Fonte: UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARIES, s/ data.

Desdobrando da análise de Allison e Anievas (2010), o contexto histórico mais amplo desta anexação remete a dois aspectos mais amplos em termos dos referenciais metodológicos de análise aqui arrolados. Cronologicamente, essa anexação se insere em processo histórico de uma revolução passiva, uma hegemonia restrita, ocorrida na Restauração Meiji. Em poucas palavras, um processo histórico de modernização conservadora conduzida “por cima”, pelo Estado, no âmbito das novas frações de classe hegemônicas nipônicas. As frações que

restauraram a dinastia Meiji desencadearam um processo extremamente acelerado de modernização que se desdobrou para uma postura imperialista do Japão em direção a distintas áreas no seu entorno geográfico, Coréia, Manchúria, dentre outras, sendo Okinawa aí inclusa. O segundo aspecto refere às pressões externas sofridas pelo Japão em relação aos Estados Unidos, que usaram do seu aparato militar naval para pressionar o governo anterior à restauração mencionada para abertura de sua economia e portos. Tal fato contribuiu para a convulsão interna que se desdobrou como a Revolução Meiji. O fato também evidenciou o desencontro dos tempos históricos decorrentes do isolamento japonês por alguns séculos. O atraso nipônico em relação a outros Estados em inúmeros aspectos serviu como um pretexto para este movimento mais amplo de modernização e de expansionismo econômico e militar.

A lógica geral de modernização conservadora que permeia as especificidades históricas de distintos processos de revolução passiva – como é o caso do processo histórico inaugurado na Revolução Meiji - não se traduziu num questionamento das estruturas de subordinação e submissão da mulher na sociedade japonesa. Importante considerar em termos de aspectos de metodologia histórica de longa duração a centralidade das figuras masculinas nas classes hegemônicas japonesas até o período precedente à Revolução Meiji. O imperador, antes de tal fato, um homem, era uma figura de certa forma divinizada, mas dotado apenas de um poder simbólico. Os Shoguns, líderes militares regionais que detinham de fato o poder, também eram homens. Os samurais, parcela significativa de frações de classe descontentes com o shogunato, controlavam militarmente e em termos fiscais pequenas regiões e foram depois reabsorvidos - mas sem grande protagonismo político - na burocracia estatal no processo após a Revolução Meiji, eram homens e desempenhavam papel importante na cultura hegemônica masculina e militarizada (com elementos de honra suicida) que nortearia boa parte da orientação expansionista e militarista japonesa até o fim da Segunda Guerra Mundial. A legislação civil japonesa adotada a partir da Era Meiji instituía a autoridade incontestada dos homens sobre as mulheres, bem como uma restrição aos direitos femininos no tocante ao casamento, herança, divórcio, custódia de seus filhos e voto (PARRILHA, 2022, p. 69).

As razões que levaram à disputa do domínio das ilhas de Okinawa se referem a um ponto crucial que afeta a sua influência até hoje: a sua localização geográfica e geopolítica. Localizada no mar da China Oriental, Okinawa está em um ponto estratégico que liga os países como Japão, China, Coréia, Taiwan e Filipinas, considerado uma zona de influência para assuntos comerciais, políticos e de conquista e acesso a esses países do sul da Ásia (AKIBAYASHI e KOZUE, 2009), como pode ser visto no seguinte mapa:

Figura 2: Mapa com localização de Okinawa



Fonte: Japão Real, 2021

Assim, a sua conquista foi de grande ganho ao Japão, pois o seu principal objetivo com ela foi a construção de bases militares japonesas para a defesa de possíveis ataques de inimigos, onde posteriormente os Estados Unidos utilizaram do mesmo pensamento para a anexação das suas próprias bases. Em que pese a anexação formal do arquipélago pelo Império do Sol Nascente, o caráter periférico de Okinawa ou seu *status* de uma colônia, de certa forma se desdobrou pela própria maneira como suas mulheres foram tratadas, tendo várias delas escravizadas sexualmente como “mulheres de conforto”, tal como foi feito com as mulheres coreanas na Segunda Guerra Mundial, como ver-se-á mais adiante.

2.3. A violência sexual durante e depois da Batalha de Okinawa

O silenciamento de vítimas de violência sexual é uma constante da realidade, que carrega um significado político que reproduz o machismo presente na sociedade, durante toda a sua história. No entanto, esse fenômeno se intensifica quando envolve disputas de poder, conflitos ou guerras militares, como é o caso do presente trabalho. Segundo Johnson (2019, p. 143), “[...] Para ambos o exército imperial japonês e o militarismo estadunidense, o trabalho sexual foi um complemento natural e necessário para que seus soldados ficassem “em forma”

para o combate” (JOHNSON, 2019, p. 143, tradução nossa)¹, e entende-se que essa necessidade é atendida muitas vezes por meio do estupro. A citação anterior exprime de forma clara como o militarismo funciona e como ele enxerga a mulher, principalmente no que se refere àquelas que pertencem ao país de seu inimigo, ou seja, para os militares estadunidenses, as mulheres okinawanas não passam de corpos passíveis de violência.

Considerando isso, a dificuldade encontrada para encontrar relatos ou casos concretos de violência sexual no período da Batalha de Okinawa e do pós-guerra vem como uma consequência natural, tendo em vista que os órgãos oficiais estadunidenses e japoneses contribuíram para a omissão e o registro desses casos. Porém, é certo que estes ocorreram e no que se refere ao contexto durante a guerra, autoras como Johnson (2019) e Akibayashi (2020) constatarem que existem alguns poucos relatos sobre um pequeno grupo de mulheres okinawanas que foram submetidas aos “sistemas de conforto” na ilha.

Yunshin Hong (2020) explica que o “sistema de conforto” ou *ianjos* foi uma forma de servidão sexual forçada às mulheres sul-coreanas, arquitetada pelo exército imperial japonês durante a Segunda Guerra Mundial com o intuito de “confortar” seus soldados, no qual as vítimas eram estupradas repetidas vezes diariamente. No final da guerra, nos anos de 1944 e 1945, o Japão percebeu que o conflito sofreria mudanças de cenário, seguindo para a ilha de Okinawa, e com isso, criaram cerca de cento e quarenta e seis estações de conforto espalhadas pela ilha, onde “[...] em cada um dos três principais grupos de ilhas de Okinawa: as ilhas de Okinawa, Daitō e Sakishima” (HONG, 2020, p. 20)². Quase todas as vítimas eram mulheres sul-coreanas sequestradas, mas existem alguns relatos que indicam que algumas mulheres okinawanas também foram submetidas a isso. Apesar desse dado se referir à violência cometida pelos militares japoneses, entende-se que seja importante citá-la por dois motivos: primeira se refere ao pouco conhecimento que se tem sobre a relação que existiu entre Okinawa e os sistemas de conforto e a segunda, é de que o fato do governo japonês permitir que isso ocorresse, demonstra que Okinawa nunca foi vista como uma parte legítima do Japão, mas sim um território que representa os resultados da hegemonia e imperialismo japoneses. O assim chamado “sistema de mulheres conforto” instituído pelo imperador japonês criou a partir de 1940 criou uma série de bordéis nas áreas periféricas e coloniais do império, como Indonésia, Tailândia, Filipinas, Coreia e Taiwan. A presença de Okinawa neste mecanismo mais amplo

¹ “[...] For both the Imperial Japanese Army and the U.S. military, sex work has been as a natural and necessary complement to soldiers in order to keep them in fighting shape” (JOHNSON, 2019, p. 143).

² “[...] on each of Okinawa's three main island groups: the islands of Okinawa, Daitō, and Sakishima” (HONG, 2020, p.20).

reforça o entendimento sobre a maneira como o arquipélago era visto dentro do Império do Sol Nascente (PARRILHA, 2022, p. 77-78).

O cenário pós-guerra de Okinawa reuniu números que indicavam o desastre que a guerra havia deixado na ilha. De acordo com relatos de um médico americano, cerca de 95% das casas de civis okinawanos e todos os campos utilizados para a agricultura estavam destruídos (JOHNSON, 2019, p.25) e segundo o site do *The Nacional WWII Museum*, estima-se que mais de 140 mil okinawanos foram mortos no conflito, considerando assim, a guerra mais sangrenta da Guerra do Pacífico. Considerando isso, Mizoguchi (2018) destaca a pobreza extrema que a ilha se encontrava, principalmente na questão do fornecimento de alimentos, pois este era enviado e custeado pelo governo japonês, que não estava sendo feito, deixando os locais okinawanos dependentes do auxílio oferecido nos campos de refúgio organizados pelo exército norte-americano.

De acordo com os relatos dos sobreviventes, a questão da grande vulnerabilidade das mulheres dentro deste contexto era bastante marcante. A carência de comida e de condições mínimas para a sobrevivência levaram diversas mulheres a recorrerem à prostituição. Porém, o que mais chama atenção nesse sentido é a quantidade de casos oficiais e não-oficiais de estupros de mulheres registrados nessa época, quase todos cometidos pelos militares estadunidenses. Mizoguchi (2018) aponta que cerca de trinta casos de violência sexual foram registrados pela polícia militar apenas no final do ano de 1946, porém, jornais locais acreditam que durante todo o período de guerra e pós-guerra houveram cerca dez mil mulheres estupradas em Okinawa.

Johnson (2019) explica que diversos pesquisadores sobre o tema concluem que não existe a possibilidade de investigar os números exatos dos estupros do pós-guerra, considerando que a maioria deles eram ignorados ou não registrados. Porém, novamente, os relatos orais das vítimas e de outros sobreviventes okinawanos cumprem um importante papel nessa situação. Segundo Makoto Araki, um professor de comunicação intercultural da Universidade Católica de Okinawa, entrevistado por Johnson (2019), conta que quando se tornou adulto, teve conhecimento de que sua avó foi estuprada diversas vezes pelos soldados americanos durante a sua estadia nos campos de refúgio do pós-guerra, onde engravidou e precisou passar por um processo de aborto. Esse relato fez com que Makoto duvidasse dos seus sentimentos e pensamentos perante os Estados Unidos, considerando que desde a sua infância sempre foi um admirador da cultura americana.

Partindo da mesma premissa deste relato, Johnson (2019) apresenta que outros sobreviventes okinawanos explicaram que existiam uma espécie de “caça às garotas” feitas por

grupos de soldados estadunidenses nesses mesmos campos de refúgio, onde estes homens entravam nas tendas a procura de mulheres para estuprá-las, muitas vezes em plena luz do dia. E com a frequência que esses tipos de violência ocorriam, os moradores criaram uma espécie de sistema de alerta, onde utilizavam objetos que se assemelhavam aos barulhos de sino para alertar os demais para se esconderem, quando os soldados chegavam aos campos. Uma mulher okinawana não identificada, que viveu essa época de horror, conta que: “Haviam tantos casos de estupro nos primeiros anos do período pós guerra que qualquer estadunidense que encontrávamos nas ruas, nós pensamos que já era um estuprador” (JOHNSON, 2019, p. 118, tradução nossa)³.

Segundo M. D. Morris (apud JOHNSON, 2019, p. 119), que esteve na ilha na época do pós-guerra, a escolha feita pelos militares estadunidenses de que as suas vítimas seriam mulheres locais, veio de uma política adotada pelo exército americano. Inegavelmente não é e nunca será a principal motivação para a ocorrência dos crimes sexuais, visto que a violência sexual em situações de conflitos envolve relações extensas e complexas sobre poder, masculinidades e militarismo. Porém, de acordo com o autor, ela teve um papel importante para tal. A política citada foi uma tentativa de proteger as poucas mulheres americanas que estavam trabalhando no pós-guerra, a maioria delas enfermeiras, das possíveis violências que os seus soldados poderiam cometer com elas. Nesse sentido, funcionários médicos homens foram encarregados de assegurar a segurança destas mulheres enquanto trabalhavam, além de que as mesmas possuíam uma vida bastante reservada em lugares fechados e afastados, com a permissão de carregar armas de fogo em casos de emergência e perigo. Decorrente desta política, os militares precisaram descartar a possibilidade de atacar as mulheres americanas e consequentemente, o próximo alvo seriam as mulheres okinawanas. Morris ainda escreveu um exemplo onde uma “garota local” foi sequestrada por um grupo de vinte soldados americanos de um caminhão em movimento e depois de ser estuprada diversas vezes, foi jogada na estrada.

Considerando alguns dos casos e relatos apresentados anteriormente, entende-se que a violência sexual em Okinawa não é uma questão isolada, tampouco privada. Desde o contexto histórico da ilha que sofreu com uma dupla colonização, primeiro do Japão e em seguida pelos Estados Unidos, a falta de identidade e pertencimento dos okinawanos com a sua terra e cultura e a construção das bases militares fazem parte da complexa dinâmica que envolve o estupro das

³ “There were so many cases of rape in those early postwar years that whenever we spotted an American on our streets, we thought for sure he was a rapist” (JOHNSON, 2019, p. 118)

mulheres. Além disso, a relação das masculinidades e o militarismo que será trabalhado posteriormente. No seguinte trecho é explicado de forma clara o que foi discutido neste tópico:

O estupro ocorre devido às hierarquias de poder de gênero na sociedade e às masculinidades socialmente aceitas, baseadas na violência contra a mulher. Devido a isso, todos os estupros possuem complexas causas políticas e sociais. Porém, casos de estupro que envolvem militares e mulheres locais [...], são ainda mais complexas devido às circunstâncias internacionais que envolvem os agressores e as sobreviventes/vítimas (MIKANAGI, 2004, p. 98, tradução nossa).⁴

Importante frisar que os antecedentes do primeiro caso de violência sexual a ser tratado envolvem a consolidação da hegemonia estadunidense em processo histórico mais amplo do qual o Japão faz parte. A hegemonia estadunidense com seu conteúdo fordista como concepção de mundo, conforme rascunhou Gramsci (1977) em seus cadernos carcerários, contemplava uma hegemonia masculina em que a mulher seria relegada a um papel submisso e reprodutor como parte da lógica geral mais ampla de uma sociabilidade mediada pelo consumo e pela produção em massa. A tradução (no sentido gramsciano) enquanto ressignificação e recepção desta hegemonia dentro das distintas particularidades históricas, entre elas a nipônica, revelava não somente um ponto específico desta concepção de mundo, mas também uma perspectiva de longa duração histórica que também alcançava os diferentes tempos históricos de hegemonia masculina que expressava concretamente também no Estado asiático com as suas particularidades.

A instalação de bases militares norte-americanas no Japão - entre elas, Okinawa - se reveste do novo significado que o Estado asiático assumiu frente à competição inter-hegemônica na Guerra Fria. Desenvolver, reconstruir o Japão tornou-se um importante imperativo na Guerra Fria para fazer frente à União Soviética, dada a importância geoestratégica que o arquipélago nipônico assumia como um verdadeiro “porta-aviões fixo” a 100 quilômetros do litoral soviético no Oceano Pacífico. Esta perspectiva se tornou ainda mais premente com a internacionalização do conflito (com o envolvimento das superpotências) na península coreana a partir de 1950 em que o Japão se tornou uma posição chave mais ágil para abastecer e auxiliar o esforço de guerra norte-americano que durou, neste caso, até 1953 (FRIEDMAN; LEBARD, 1993).

⁴ Rape occurs because of gendered power hierarchies in society and socially sanctioned masculinities based on violence against women. Thus all rapes have complex political and social causes. But cases of rape that involve military personnel and local women [...], are even more complex because of the international circumstances surrounding the perpetrators and the survivors/victims (MIKANAGI, 2004, p. 98).

Não somente isto, mas a necessidade de reconstruir economicamente se tornou um componente importante para um eventual amortecimento de potenciais conflitos internos que poderiam se desdobrar de um arquipélago destruído, empobrecido e passível de atrair uma simpatia favorável ao modelo soviético. Desenvolver o Japão se tornou um imperativo de sua passivização frente aos imperativos colocados para a manutenção da hegemonia estadunidense no contexto da Guerra Fria. Um processo de modernização conservadora como revolução passiva tomou forma no pós-guerra, destituído do seu teor militarista característico do período inaugurado na Revolução Meiji. O Estado continuou um papel relevante de desenvolvimento, dentro de outras particularidades históricas, e de pacifismo servil à hegemonia e ao imperialismo estadunidense, com a classe hegemônica japonesa sufocando as perspectivas dissonantes (KELLY, 2017). Ao mesmo tempo, surgiram as bases para que o Japão recepcionasse, ressignificasse, enfim, traduzisse (em sentido gramsciano) o fordismo como conteúdo da hegemonia norte-americana. Em outras palavras e a título de exemplificação, a referência do toyotismo⁵ no Japão como sua própria maneira de adaptar a produção e o consumo em massa em termos fordistas para uma perspectiva mais eficiente, supostamente mais humanizada, denota parte desse processo mais amplo de passivização em termos de temporalidade histórica mais ampla no processo de hegemonia.

De toda forma, a posição privilegiada dos Estados Unidos com a sua presença imperialista e hegemônica em solo japonês também significou uma posição diferenciada para sua manutenção de sua posição política, econômica e militar em todo o contexto de conflitos inter-hegemônicos que se desenrolariam no período da Guerra Fria. As bases militares, como as de Okinawa, se inserem em tal contexto de relevância.

Em 1951, já pautado pelo artigo nono da Constituição de 1947 que renunciava ao uso de suas forças com objetivos belicistas, o Japão assina com os Estados Unidos o Tratado de Segurança em São Francisco que assegura a presença militar estadunidense em solo nipônico sob um formato assimétrico em favor de Washington. Isto se desdobrou numa “residual soberania” japonesa sobre as ilhas Ryukyu, parte integrante da província de Okinawa, embora cedesse controle administrativo de todas elas aos Estados Unidos (MATSUOKA, 2019, p. 43).

Neste contexto específico na década de 50 é que se insere o caso de violência sexual a ser analisado a seguir.

⁵ O Toyotismo se caracteriza por: eliminação dos estoques desnecessários e desperdícios, versatilidade dos componentes da linha de montagem, participação do trabalhador na informação e discussão no processo de produção, bem como o seu controle de qualidade. Importa para esta pesquisa ressaltar o processo de tradução e ressignificação da produção e do consumo em massa e o elemento de coerção e passivização enquanto aspectos importantes das relações moleculares que compõem, de forma mais ampla, o processo hegemônico.

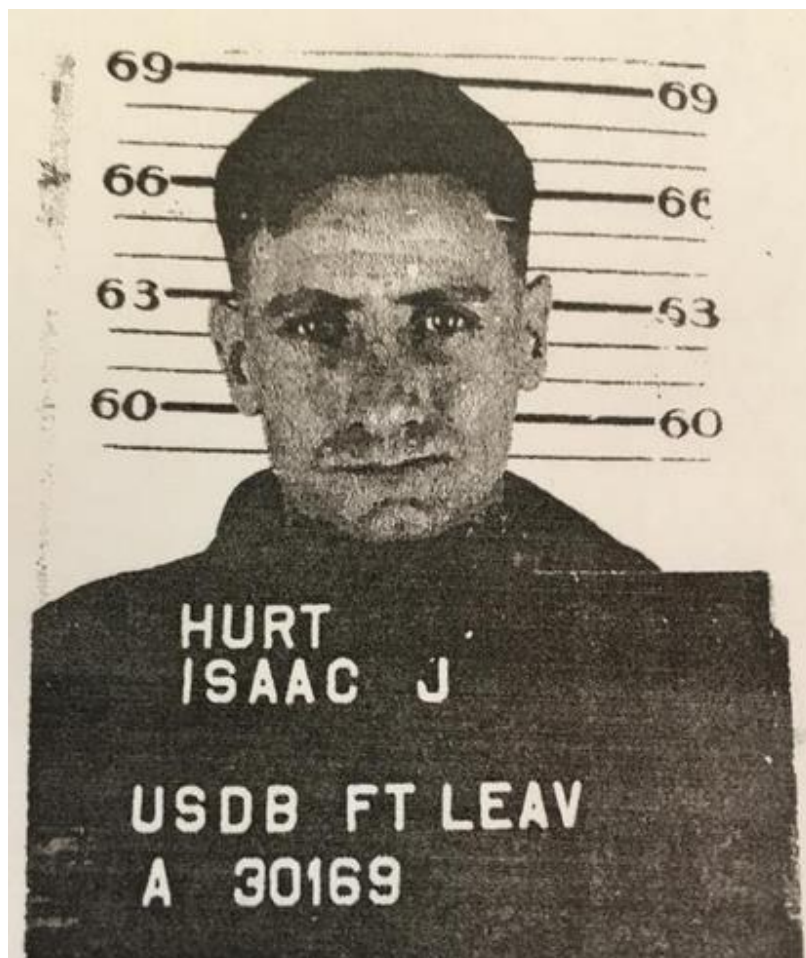
2.4. O caso “Yumikochan Jiken”: o primeiro caso de violência sexual considerada relevante e seus desdobramentos

Em outros trechos do presente texto foram citados alguns casos de violência sexual que ocorreram depois da Batalha de Okinawa, porém, nenhum deles possui uma relevância e notoriedade como o “Yumikochan Jiken” (versão em japonês) ou o “*Yumikochan Incident*” (versão em inglês), que será trabalhado nos parágrafos seguintes. No entanto, é importante destacar que este caso não foi o primeiro caso oficial registrado como crime de violência sexual cometido por um militar estadunidense em Okinawa, contrário do que alguns materiais encontrados durante a pesquisa relatam e por essa razão, entende-se que seja relevante citar de forma breve sobre o primeiro caso referente. Nesse sentido, segundo Johnson (2019), o primeiro caso de violência sexual cometido por um militar estadunidense em Okinawa aconteceu no ano de 1853, quando o comodoro Matthew Perry parou nas ilhas de Ryukyu no meio do seu trajeto ao Japão e durante essa visita, um de seus marinheiros, William Board, que estava alcoolizado, invadiu uma casa e estuprou uma mulher.

Considerando isso, é possível adentrar nas questões que envolvem o caso “*Yumikochan Incident*”. Segundo Takauchi (2015), em uma noite do dia 3 de setembro de 1955, uma menina de seis anos de idade, com o nome de Yumiko Nagayama⁶, foi sequestrada, estuprada e assassinada em Okinawa. O seu corpo foi encontrado no dia seguinte, em uma lixeira próxima à *Kadena Air Base* (Base Aérea de Kadena), onde ele estava mutilado com uma faca, desde a parte do abdômen até o ânus. O agressor que cometeu esse crime brutal foi o sargento estadunidense Isaac Jackson Hurt, que foi preso três dias após o ocorrido.

⁶ Nesse caso, o nome da vítima foi divulgado ao público por se tratar de um assassinato, pois existe uma lei no Japão que proíbe a divulgação de nomes de menores de idade na mídia e, portanto, no caso de 1995, o nome da vítima foi mantido em sigilo.

Figura 3: Foto de Prisão do militar Isaac Hurt em 1955



Fonte: SERRANO, 2021.

No livro *“Myth, Protest and Struggle in Okinawa”*, Miyume Tanji (2006) trabalha com uma abordagem onde divide os protestos e os movimentos sociais em Okinawa em três grandes ondas, todas caracterizadas por acontecimentos políticos que correspondem a cada período. Assim, a primeira onda é nomeada pela autora como *“all island-struggle”* ou *“shimagurumitoso”*, onde esta se caracteriza como a mais poderosa no que se refere ao ativismo político durante toda a história okinawana, que durou desde o fim da Batalha de Okinawa até os anos de 1960. Esse período foi marcado pela troca de domínio do território okinawano, este sendo passado do governo japonês para o americano, e também pela construção das bases militares estadunidenses, e, portanto, os maiores problemas que os locais okinawanos enfrentaram foi o confisco de suas terras.

E dentro desse contexto, o caso de Yumiko teve um importante papel no sentido de que os okinawanos utilizaram desse crime hediondo para representar os seus sentimentos e reivindicações de suas lutas, como indica no seguinte trecho: “A brutalidade do caso de 1955 de Yumiko fornece símbolos poderosos da humilhação que todos os okinawanos passaram no

pós guerra na história” (TANJI, 2006, p. 71, tradução nossa)⁷. O resultado foi uma massa de protestos conhecida como “*Okinawan Citizens’ Rally*” que levou milhares de okinawanos nas ruas. Assim, observa-se que o fenômeno de utilizar a simbologia do estupro de uma menina em um cenário de disputas políticas já se iniciou aqui, pois a mesma dinâmica aconteceu quarenta anos depois, em 1995, com o estupro coletivo de uma garota de doze anos por três militares estadunidenses. Em relação a isso, Molasky (1999, p. 51, apud TANJI, 2006, p. 71) explica que:

“[...] tanto na literatura japonesa quanto na literatura de Okinawa que descreve o período de ocupação dos Estados Unidos, a humilhação e o desamparo dos ocupados foram expressos mais diretamente pela invasão do ‘corpo feminino’. Nesse sentido, “nenhum ato isolado, nem mesmo o assassinato, supera o estupro em sua capacidade de dramatizar o medo e a humilhação da vida sob ocupação estrangeira (Molasky, 1999, p. 51, apud TANJI, 2006, p. 71, tradução nossa).⁸

No que se refere ao fechamento do caso de Yumiko Nagayama, Serrano (2021) afirma que o agressor, Hurt, foi julgado em uma corte marcial em Okinawa, após a pressão da comunidade local e foi sentenciado a pena de morte no mesmo ano que o crime ocorreu. No entanto, esse veredicto foi mudado algumas vezes, até que Hurt foi solto no ano de 1977 com o apoio do presidente dos Estados Unidos da época, Gerald Ford. Hurt negou o seu envolvimento no crime até o final da sua vida, alegando que foi preso para apaziguar e acalmar os intensos protestos dos okinawanos contra a presença dos Estados Unidos na ilha e a violência cometida com Yumiko.

Considerando isso, é possível afirmar que os desdobramentos deste episódio não foram dos maiores. A própria dificuldade encontrada na consecução desta pesquisa a respeito de maiores informações sobre os fatos mostra não somente como os aparatos ditos privados de produção da hegemonia lidaram de uma forma eficiente para que o caso não lograsse uma maior repercussão, como também demonstram na longa temporalidade histórica avaliada nas relações de força de viés gramsciano a persistência de uma hegemonia masculina. A despeito dos

⁷ “[...] The brutality of the 1955 Yumiko-chan incident provided powerful symbols of the humiliation of all ‘Okinawans’ in postwar Okinawan history” (TANJI, 2006, p. 71)

⁸ “[...] in the world of both Japanese and Okinawan literature describing the US occupation period, the humiliation and helplessness of the occupied was expressed most directly by the invasion of ‘the female body’. In this sense, ‘no single act, not even murder, surpasses rape in its ability to dramatise the fear and humiliation of life under foreign occupation (Molasky, 1999, p. 51, apud TANJI, 2006, p. 71).

conflitos, dos protestos e lutas dos okinawanos a persistência de aspectos significativos de tal hegemonia se evidenciou nesta experiência.

Cumprе acrescentar algumas considerações que ajudam a entender o contexto de tais dificuldades no tocante à luta das mulheres nipônicas. A luta contrária à exploração sexual, que teve curso na primeira metade do século XX em terras japonesas, só conseguiu formalmente a abolição de tal prática do ponto de vista legal em 1956 (PARRILHA, 2022, p. 56). Portanto, um ano depois do episódio aqui relatado e sumariamente analisado. Em temporalidades não lineares e desiguais, observam-se, portanto, avanços e dificuldades na luta feminina em solo japonês.

2.5 Conclusão do capítulo

Considerando o que foi apresentado neste capítulo, é possível fazer algumas análises e conclusões. Entende-se que a partir da linha temporal e histórica que Okinawa percorreu, desde quando era um país independente com seu próprio governo e cultura até os dias atuais, a ilha sofreu por duas colonizações diferentes, cada uma em período. Primeiro, o Japão invadiu suas terras e colonizou o seu povo, fazendo com que perdesse sua soberania e sua identidade como nação. Após isso, o mesmo país que o colonizou, utilizou sua terra como estratégia bélica na Segunda Guerra Mundial e permitiu que os Estados Unidos invadissem para que lá fosse cenário de um dos conflitos mais sangrentos da época. E no término dessa guerra, Okinawa é colonizada mais uma vez, porém, agora pelo seu até então inimigo, os Estados Unidos.

A entrada dos Estados Unidos em Okinawa com as suas bases militares foi marcada para sempre em sua história, visto que a vida de seus residentes era limitada e resumida por elas, principalmente no que se refere às vidas das mulheres okinawanas. Em um contexto que envolve conflito e colonização, a mulher sempre é colocada em uma posição mais vulnerável e passível de violência. Os relatos trazidos para este capítulo sobre as violências sexuais que estas sofreram, principalmente durante a guerra, confirmam o argumento acima. E aqui, nem as crianças são poupadas, como pode ter sido visto no caso de assassinato e estupro de Yumiko Nagayama, que tinha apenas seis anos na época.

Nesse sentido, conclui-se que o entendimento da situação política e histórica de Okinawa de forma mais ampla, contribui para que melhores análises sejam feitas sobre os casos de violência sexual que vão ser abordados nos capítulos seguintes, que sucede ao período que foi trabalhado até o momento.

3 1972 A 1995: OKINAWA DE VOLTA AO CONTROLE JAPONÊS, CASO DE 1995 E O INÍCIO DA DOCUMENTAÇÃO DOS CASOS

3.1. Introdução

Este capítulo corresponde à segunda parte do trabalho, que abordará o período de 1972 a 1995. Inicialmente será feito uma breve contextualização histórica, mencionando um fato muito importante para a história de Okinawa, que foi a volta do seu domínio para o Japão no ano de 1972, após mais de vinte anos sob o controle dos Estados Unidos. No entanto, essa diferença não afetará, de forma significativa, a presença das bases militares estadunidenses na ilha, tampouco os okinawanos terão seus direitos respeitados.

Após alguns anos de uma relativa diminuição de movimentos sociais anti-base, Okinawa terá uma grande reviravolta política e social, no ano de 1995, com o caso de estupro coletivo de uma menina de doze anos cometido por três militares estadunidenses. Esse caso despertará uma onda de protestos contra a presença militar dos Estados Unidos e a negligência do Japão com o seu território, no qual será detalhado nas próximas páginas.

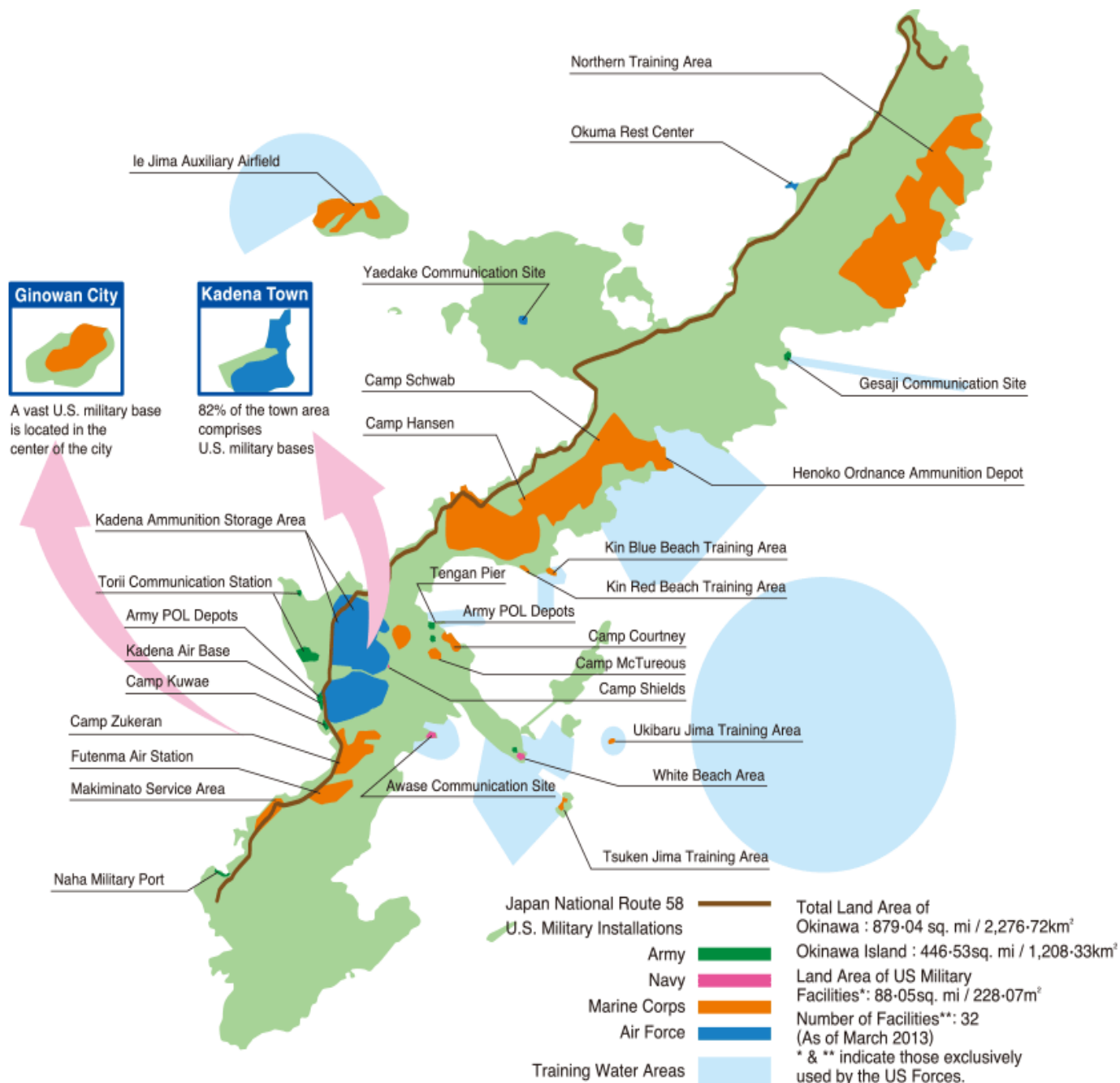
3.2 Contexto Histórico

Como já apresentado anteriormente, o período entre os anos de 1946 a 1972, com destaque aos anos finais do mesmo, foi marcado por uma série de acontecimentos históricos que levaram Okinawa a ser um palco de revoltas e protestos dos povos locais que estavam insatisfeitos com a nova colonização militar estadunidenses e suas consequências. Nesse sentido, de acordo com Tanji (2006), quase todo o ativismo político okinawano dessa época possuía um objetivo em comum: a volta de Okinawa como território japonês (conhecido como “*reversion movement*” ou “movimento de reversão”) e a remoção total das bases militares estadunidenses da ilha.

No ano de 1972, esses movimentos conseguem alcançar o seu primeiro objetivo com o *Okinawa Reversion Agreement*, assinado em 1971, onde Okinawa volta a pertencer ao Japão, no qual alguns especialistas indicam que houve um acordo secreto para que esse tratado ocorresse, onde os Estados Unidos haviam solicitado o governo japonês para que permitissem o uso de armas nucleares na ilha okinawana, porém, não existem registros oficiais se isso de fato ocorreu ou não (AKIBAYASHI e TAKAZATO, 2009). No entanto, apesar da expectativa de uma melhora na questão da presença estadunidense na ilha com a reversão, os okinawanos se depararam com a permanência das bases militares em seu território, abrigando cerca de 75%

do total de bases norte-americanas localizados no Japão, totalizando o número de 32 bases e com isso Okinawa continua a ser o local do leste asiático com a maior ocupação militar dos Estados Unidos (TOBE, 2006, p. 89), como pode ser observado no seguinte mapa:

Figura 4 - Mapa da Localização das Bases Militares em Okinawa



Fonte: Okinawa Prefectural Government (2016)

Figura 5: Mapa com as Bases Militares Estadunidenses no Japão



Fonte: U.S ARMY JAPAN, s/ data.

Além disso, Akibayashi e Takazato (2006) indicam que os problemas sociais, políticos e econômicos de Okinawa continuaram os mesmos depois da reversão, principalmente pela renovação do *US - Japan Status for Forces Agreement (SOFA)*, mais conhecido como o tratado de segurança, assinado no ano de 1960 e que desde então rege a relação japonesa com os Estados Unidos, incluindo a presença das bases militares e os direitos jurídicos de cada país.

Tanji (2006) explica que o período de 1972 a 1994 foi marcado por uma baixa adesão a movimentos e manifestações políticas em Okinawa comparado aos anos anteriores, onde os grupos e ativistas locais aderiram a um momento de reorganização dos seus objetivos e pautas a serem construídos desde a conquista do movimento de reversão. É inegável que os protestos contra a presença das bases militares continuaram nesse período, mas era de forma mais pacífica e tímida, no entanto, esse cenário muda drasticamente com o caso de estupro coletivo de uma menina de doze anos no ano de 1995, no qual será abordado no tópico seguinte.

3.3 Caso de 1995: descrição, especificidades e consequências

Neste tópico será trabalhado especificamente sobre o caso de estupro coletivo de uma estudante de 12 anos que ocorreu no ano de 1995, perpassando em todas as questões que

explicam os motivos que este foi considerado como uma virada importante para o futuro das mulheres okinawanas, no que tange à visibilidade das violências presentes na ilha contra este grupo e também para o futuro político da própria ilha de Okinawa. Os principais pontos a serem levantados se relacionam com a forma como a simbologia da menina indefesa vítima despertou um sentimento de identificação dos habitantes da ilha colonizada e as problemáticas que surgiram ao decorrer desse fenômeno.

Em primeiro lugar, entende-se que seja importante iniciar com uma breve descrição do caso em questão. De acordo com Angst (2010), o crime ocorreu na noite do dia 4 de setembro de 1995, na cidade de Kin, quando uma estudante de apenas 12 anos saiu para comprar um caderno em uma loja próxima à sua casa, foi abordada com uma faca e sequestrada por três militares estadunidenses: Marcus Gill, Rodrigo Harp e Kendrick Ledet. Esse dia específico era o feriado do Dia do Trabalho ou *Labor's Day* e a maioria dos oficiais estadunidenses estavam dispensados dos seus serviços, assim como os três agressores, e de acordo com um colega que estava junto com os mesmos há algumas horas do caso, confirmou-se que o crime já era premeditado, pois os sujeitos já estavam à procura de uma mulher para violentá-la. Após o sequestro, a vítima foi imobilizada e levada para uma praia militar isolada, chamada “*Kin Blue Amphibious Training Area*”, próximo à famosa base militar estadunidense, *Camp Hansen*, onde a mesma foi estuprada coletivamente repetidas vezes. As roupas íntimas ensanguentadas da vítima foram jogadas em um lixo próximo ao local do crime e a menina foi abandonada pelos militares na praia. E mesmo depois de todo o ocorrido, a vítima conseguiu se arrastar e ir para uma das casas mais próximas para prestar socorro.

O fato de que a vítima sobreviveu e conseguiu detalhar as características físicas dos criminosos fizeram com que fossem identificados e presos algumas horas depois do ocorrido, porém, nos relatos oficiais constam que eles não tiveram nenhum cuidado para cobrir evidências que poderiam ligá-los ao crime, mostrando que existe um grande problema de impunidade e fiscalização para esses tipos de crime cometidos por militares. Sobre isso, Johnson (2019, p. 111) cita que um dos residentes da ilha disse que “Quase torna mais arrogante, mais ofensivo que eles não tenham feito nenhuma tentativa de cobrir seus rastros, quase como se tivessem direito a essa garota”⁹.

Logo depois da divulgação do caso, houve diversos tipos de reação dos locais da ilha, em sua maioria, sentimento de revolta e senso de justiça, principalmente por parte das mulheres.

⁹ [...] It almost makes it more arrogant, more insulting that they made no attempt to cover their tracks, almost as if they had a right to this girl (JOHNSON, 2019, p.111).

Como mencionado anteriormente, Miyume Tanji (2006) trabalha com a ideia de que existiram algumas ondas de protestos específicas em Okinawa, cada uma em um contexto e demandas políticas diferentes e, o ano de 1995 corresponde à terceira onda de protestos, decorrente do caso de estupro do mesmo ano. No início, os protestos eram organizados por um pequeno grupo de mulheres, porém, em um curto espaço de tempo, milhares de okinawanos se juntaram ao movimento, tanto que no dia 21 de outubro de 1995, reuniram cerca de 85 mil pessoas para a “*Okinawa Prefecture Citizens’ Mass Rally*” em frente ao Parque da Marinha Americana em Ginowan.

Figura 6: Foto do “*Okinawa Prefecture Citizens’ Mass Rally*” de 1995



Fonte: TAIZO, 2022.

A natureza das demandas políticas trazidas aos protestos girava em torno do sentimento anti-base militar estadunidense, porém, o seu conteúdo era bastante variado. Alguns dos principais pedidos eram a remoção total das bases da ilha, políticas públicas de proteção para mulheres e crianças residentes, revisão do Tratado de Segurança Japão-Estados Unidos, projetos ambientais e antipoluição, visto que as bases degradam bastante o meio ambiente local, ou a indenização de algumas terras que agora eram usados pelos Estados Unidos. Angst (2010) destaca que essas demandas muitas vezes não eram de comum acordo entre os locais, principalmente pelo fato de que algumas delas poderiam afetar a economia e a empregabilidade

de Okinawa pois as bases traziam oportunidades de emprego aos residentes, fato bastante importante visto que a ilha era considerada a província mais pobre de todo o Japão.

Nesse sentido, é possível afirmar que essa onda intensa de protestos trouxe resultados interessantes em ambos contextos, nacional e internacional, pois os governos japonês e estadunidense se sentiram obrigados a agir com a repercussão dos movimentos. Mikanagi (2004) aponta que a tamanha pressão trazida pelos protestos, fez com que o então Ministro das Relações Exteriores do Japão, Kono Yohei, e o então Embaixador estadunidense, Walter F. Mondale, se encontrassem em outubro de 1995 para discutir e concordar com a redução das operações militares estadunidenses, resultando em uma série de pequenas mudanças na atuação das bases em Okinawa. Assim, de acordo com o fluxo dos acontecimentos políticos, as mídias japonesas, okinawanas e internacionais começaram a reportar apenas sobre o que dizia respeito dos mesmos, deixando de lado aos poucos, as questões do estupro da menina de 12 anos e a violência sexual na ilha em sua totalidade.

Considerando isso, é importante destacar que essa pesquisa possui uma abordagem feminista e pelas razões que levaram a isso, é necessário analisar todo esse contexto através dessa mesma lente. Portanto, é possível afirmar que o estupro coletivo de uma menina foi apropriado por diversos grupos políticos okinawanos como uma forma de chamar atenção para as suas próprias demandas contra as bases norte-americanas, no qual não havia um interesse concreto em resolver ou vingar a violência sofrida pela vítima. No entanto, essa observação não tem o objetivo de culpabilizar nenhum grupo okinawano, mas sim, destacar o complexo arranjo que a questão do silenciamento de mulheres okinawanas se insere, levando em conta o sistema patriarcal, imperialista, hegemônico e colonial ao qual a ilha foi colocada durante a sua história.

Johnson (2019) traz uma importante reflexão que se relaciona com o que foi apresentado:

Para ativistas anti-base, a história mais poderosa é um estupro. O estupro de uma mulher ou de uma menina de Okinawa por um militar dos EUA desperta um sentimento nas pessoas de uma forma que um acidente de helicóptero, derramamento de produtos químicos, briga de bar ou a possível extinção dos recife de coral não conseguem. Um estupro captura a imaginação do público e da mídia porque é uma história em nossos ossos – uma metáfora que entendemos imediatamente, sem explicação. Estamos acostumados a antropomorfizar a geografia dessa maneira sexualizada e feminizada. Falamos de terra virgem, da Mãe Terra, da violação de Nanquim. Quando um soldado dos EUA estupra uma mulher em Okinawa, Okinawa se torna a garota inocente - sequestrada, espancada, mantida e violentada por um bandido dos Estados Unidos. Tokyo é o cafetão que permitiu o abuso, tendo deixado o bandido entrar. Logo, ninguém está falando sobre a verdadeira vítima ou o

que aconteceu; eles estão usando o estupro como a arma especial anti-base que ele é (JOHNSON, 2019, p. 12, tradução nossa).¹⁰

No que se refere ao fechamento do caso de 1995, Johnson (2019) afirma que os três agressores foram julgados no sistema penal japonês, mais especificamente na corte da cidade de Naha, no ano seguinte do crime. Todos foram sentenciados pelo crime de estupro e de sequestro, porém, Marcus Gill e Rodrico Harp tiveram penas de sete anos e Ledet recebeu seis anos e meio, visto que o júri interpretou que este último não havia participado da violência sexual. Após o cumprimento da pena, os três retornaram para os Estados Unidos.

3.4 Conclusão do capítulo

Neste capítulo foi possível analisar brevemente o contexto histórico de Okinawa desde 1972, ano que correspondeu ao período que a ilha deixou de pertencer aos Estados Unidos e voltou ao domínio japonês. Essa era uma das principais demandas que os cidadãos locais estavam exigindo desde o final da Segunda Guerra Mundial, onde o exército estadunidense invadiu o território. No entanto, esse fato não trouxe muitas mudanças, principalmente no que tange à presença das bases militares estadunidenses, que continuam aumentando até os dias atuais.

O descontentamento dos okinawanos com essa situação não levou a grandes movimentos de protestos, porém, no ano de 1995, quando uma garota de doze anos é estuprada coletivamente por três militares estadunidenses, todo sentimento acerca do contexto político de Okinawa muda, dando origem a um período de muita luta política. A repercussão desse caso ecoou nas autoridades máximas do país e fez com que algumas pequenas mudanças fossem feitas, principalmente sobre a manutenção das bases militares na ilha.

E juntamente com essa análise mais histórica, o capítulo trouxe detalhes sobre o caso de 1995 e buscou observar, a partir de uma abordagem feminista, as simbologias que ele carrega e o porquê que o mesmo foi capaz de mobilizar uma nação toda.

¹⁰ For anti-base activists, the most powerful story is a rape. A rape of an Okinawan woman or girl by a U.S. serviceman snaps people awake in ways a helicopter crash, chemical spill, bar-room brawl, or threatened coral reef can't. A rape captures the imagination of the public and media because it's a story in our bones – a metaphor we understand right away, without explanation. We're used to anthropomorphizing geography in this sexualized, feminized way. We talk about virgin land, Mother Earth, the rape of Nanking. When a U.S. serviceman rapes a woman in Okinawa, Okinawa becomes the innocent girl – kidnapped, beaten, held down, and violated by a thug United States. Tokyo is the pimp who enabled the abuse, having let the thug in. Soon, no one is talking about the real victim or what happened; they're using the rape as the special anti-base weapon that it is (JOHNSON, 2019, p.12).

4 1995-2016: CASO DE RINA SHIMABUKURO E OS MOVIMENTOS FEMINISTAS ANTIMILITARISTAS

4.1. Introdução

O período que sucedeu o caso de 1995 foi marcado pelas consequências do mesmo, principalmente no que se refere ao panorama político de Okinawa. Como foi citado no tópico anterior, houveram tímidas melhorias no que se refere às complexas questões que envolvem a presença militar estadunidense e a sua relação com o povo local e o governo japonês. Como apontam alguns materiais consultados para a elaboração desse presente texto, a fase mais atual de Okinawa possui pautas políticas e sociais bastante semelhantes das anteriores, com enfoque principal na remoção das bases militares estadunidenses da ilha.

Além disso, segundo Akibayashi (2020), é possível observar uma forte onda nacional e internacional para a promoção de grupos e políticas para mulheres, especificamente para as asiáticas e africanas, que sofrem com a presença militar estadunidense e consequentemente com a violência sexual cometida por seus militares. Programas e movimentos contra o militarismo e a violência de gênero dita uma parte significativa dos movimentos ativistas em Okinawa, tópico que será trabalhado nas seguintes páginas.

No que se refere à violência sexual contra a mulher okinawa, Johnson (2019) traz uma atenção especial ao caso de Rina Shimabukuro, que foi estuprada e assassinada por um ex-militar estadunidense em 2016, no qual será tratada no próximo tópico.

4.2 Caso de estupro e assassinato de Rina Shimabukuro: o que muda do caso de 1995?

Neste tópico serão discutidas todas as questões que permeiam o caso de estupro e assassinato da okinawana Rina Shimabukuro, cometido pelo ex-militar estadunidense Kenneth Franklin Gadson, destacando principalmente a forma machista como a mídia, os governos e a própria população de Okinawa lidaram com o caso. Desse modo, busca-se analisar uma outra camada latente do silenciamento das mulheres okinawanas.

Para a introdução, entende-se que seja importante fazer uma breve descrição do caso. Johnson (2019) escreve que em uma noite do dia 28 de abril de 2016, Rina Shimabukuro, uma mulher de 20 anos residente da cidade de Uruma, saiu para uma caminhada sozinha e ficou desaparecida por alguns dias. Amigos, familiares e o próprio namorado da vítima contataram a polícia local e espalharam panfletos alertando sobre o seu desaparecimento, e por meio de uma investigação, conseguiram identificar a última localização do celular de Rina, que foi em uma zona industrial próxima a um conhecido rio da cidade. Através de vídeos de segurança do local,

encontraram um carro suspeito que levava o nome do agressor Kenneth F. Gadison. Este confessou ter estuprado Rina e depois ter abandonado seu corpo em uma floresta.

Figura 7: Foto de Rina Shimabukuro, vítima de estupro e assassinato em 2016



Fonte: ALLEN e KELLY, 2017

Akemi Johnson (2019) relata que em uma de suas visitas em Okinawa, em 2017, percebeu que o caso de Rina ainda estava em pauta nos jornais locais e japoneses, mas por uma razão bastante problemática. Após um ano do crime, devido à inconsistência dos depoimentos do ex-militar Kenneth, o julgamento do caso estava sofrendo alguns problemas e atrasos, fato que levou a comunidade local e a própria mídia começarem a espalhar hipóteses duvidosas sobre o crime. Os principais pontos levantados eram as seguintes: alguns questionavam o motivo da saída noturna de Rina pois era de conhecimento comum os riscos que essa ação trazia, outros acreditavam que Rina e Kenneth possuíam um relacionamento e o crime foi um resultado de um desentendimento entre os dois ou existiam aqueles que achavam que Rina estava grávida de Kenneth e por esse motivo, a esposa do agressor a matou. A autora destaca que muitos locais que compartilharam dessas opiniões demonstraram uma certa posição política de apoio às bases militares estadunidenses e ressaltou o machismo presente no caso de Rina, comparada com a da menina de 1995.

Em uma entrevista feita por Johnson (2019) com uma jornalista experiente em Okinawa, chamada Chiyomi Sumida, os boatos de que Rina Shimabukuro estava de alguma forma se relacionando com o seu agressor, fizeram com que o seu assassinato e estupro não recebesse o mínimo de cobertura nas mídias e nem uma revolta local. Esse tipo de reação era bastante comum de acordo com Sumida, pois acontece um fenômeno de “*victim-blaming*”, ou seja, um tipo de abordagem de colocar a culpa na vítima nesses casos, onde a ideia predominante na ilha é de que “[...] se você namora um americano e algo terrível acontece com você, você pediu por isso” (JOHNSON, 2019, p. 13, tradução nossa)¹¹.

No que se refere ao fechamento do caso de Rina, em novembro do ano de 2017, a corte da cidade de Naha determinou que Kenneth era culpado por estupro e assassinato e sua sentença foi de prisão perpétua, sob a justificativa do juiz que afirmou que o crime era bastante brutal e que nenhum outro veredicto seria mais apropriado para um caso que “[...] a vida da vítima - que acabou de celebrar o início da sua fase adulta - foi tirada de repente, e seu corpo foi abandonado no mato. O seu corpo não foi encontrado até restar apenas seus ossos” (JOHNSON, 2019, p. 274, tradução nossa)¹². No entanto, mesmo após a condenação, a comunidade okinawana não se sentia satisfeita, pois nenhum dos problemas políticos da ilha foram resolvidas e com isso, entende-se que o assassinato de uma jovem okinawana ou a violência de milhares de outras mulheres locais não é o suficiente para que o governo japonês e o estadunidense, os maiores responsáveis para a ocorrência desses tipos de casos, realize ações que possam reparar minimamente toda essa situação, onde mais uma vez, a violência de gênero é colocada como assunto privado e não uma questão de segurança nacional que afeta as Relações Internacionais.

Posto isso, é possível fazer algumas comparações com o caso de 1995 e a de Rina, no que tange a sua repercussão e o seu papel político nos arranjos Japão e Estados Unidos. Em primeiro lugar, é inegável a diferença com que os dois casos foram recebidos pela comunidade e pela mídia, onde de um lado causou grandes revoltas e o outro, além de duvidar da vítima, não houve tantas manifestações comparadas com o outro. Partindo disso, entende-se que o caso de 1995 envolveu uma vítima bastante jovem, uma criança de doze anos, aluna de uma escola local, que foi violentada no caminho de volta da compra de um caderno. Essas simbologias que remetem à inocência e à vulnerabilidade da vítima foram cruciais para determinar a reação da comunidade e da mídia, onde ao mesmo tempo que despertou nestes, um sentimento de identificação com a vítima considerando que o caso de violência sexual se assemelhava em

¹¹ “[...] if you date an American and something terrible befalls you, you asked for it” (JOHNSON, 2019, p. 13).

¹² “[...] The life of the victim - who had just celebrated her adulthood - was suddenly taken and her body was abandoned in the bushes. Her body was not found until it was reduced to bone” (JOHNSON, 2019, p. 274).

como Okinawa era tratada pelo Japão e pelos Estados Unidos, reacendeu uma chama de revolta política e de indignação que resultou em diversos movimentos e sanções políticas na época. Já no caso de Rina, a repercussão e a reação foram bastante diferentes, principalmente por ela ter sido uma mulher de vinte anos, apesar de bastante nova, a sociedade não a via mais como uma pessoa pura e inocente, e esse tipo de visão se intensificou depois dos boatos do seu envolvimento com o militar.

Em segundo lugar, essa comparação dos casos é um exemplo bastante empírico e adequado ao machismo e sexismo que caracteriza a sociedade, no que se refere às vítimas de violência sexual e que levanta diversas questões que serão abordadas a seguir. Tendo em vista disso, é necessário refletir a raiz do porquê dos casos como o de Rina, que envolvem mulheres estupradas e assassinadas por militares estadunidenses, sofrem de um grande silenciamento e invisibilidade em ambas as esferas sociais e políticas, tanto no público como no privado.

4.3 Okinawa Women Act Against Military Violence: o ativismo de mulheres feministas contra o militarismo na ilha

Para entender as problemáticas que envolvem o militarismo estadunidense e a sua relação com as mulheres okinawanas, é necessário refletir onde que estas estão inseridas nesse contexto; sobretudo, é um dever dentro das metodologias feministas nas Relações Internacionais, indagar onde as mulheres estão e qual o papel delas no jogo político, no qual muitas vezes, essa reflexão fica apenas na esfera privada ou pessoal. Cynthia Enloe (2014), uma das pioneiras e mais notáveis teóricas dentro dessa abordagem, afirma justamente isso em seu principal livro, *“Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics”*, em um capítulo específico que trata sobre as mulheres e bases militares, ela reflete que o militarismo é um dos campos políticos que existe mais relações de gênero, onde mulheres e homens desempenham papéis que constroem suas próprias concepções sobre cidadania, nação e segurança dentro dessa dinâmica baseada no gênero. No seguinte trecho, ela afirma que:

Uma base militar é um submundo complicado, dependente de diversas mulheres: (a) mulheres que vivem nas bases; (b) mulheres que trabalham nas bases e vão para suas casas à noite; (c) mulheres que vivem do lado de fora das cercas, mas estão cientes de tudo que ocorre dentro delas, assim como sabem o que homens e mulheres militares fazem de lazer quando deixam as bases, e (d) mulheres que moram longe das bases mas, que estão em contato quase que diariamente com um homem da base, pela internet. Prestar atenção para todas essas mulheres é uma forma inteligente de entender as políticas internacionais das bases militares (ENLOE, 2014, p. 126, tradução nossa).

A realidade das mulheres okinawanas durante toda a história da ilha, desde a Segunda Guerra Mundial, é marcada pelo seu constante silenciamento e invisibilidade em todos os setores da sociedade, desde o governo local até a própria comunidade. Porém, a existência e a luta de movimentos e grupos feministas de mulheres ativistas estão tentando mudar esse curso, e no presente tópico serão trabalhadas a história do surgimento e desenvolvimento desses grupos, assim como suas conquistas e dificuldades, que constroem narrativas contra o militarismo, o machismo e a violência diariamente.

Uma das principais ativistas políticas de Okinawa em prol das mulheres e líder de diversas movimentações feministas, Suzuyo Takazato, em sua entrevista com Johnson (2019), conta que antes de se tornar membra da Assembleia da cidade de Naha, foi assistente social em Okinawa por dez anos, entre os anos de 1980 a 1990, e dentro desse cargo, precisou lidar com muitos casos de violência contra mulheres cometidas por militares estadunidenses, sobretudo sexual, como indica no seguinte trecho: “Eu passei 10 anos ouvindo as histórias de partir o coração das mulheres okinawanas que tiveram suas vidas destruídas e interrompidas pela violência do militarismo” (SUZUYO, 1994, p. 10, tradução nossa)¹³. Um dos relatos mais marcantes para Takazato, foi a de uma mulher de vinte e um anos que sofreu um estupro coletivo de três militares estadunidenses, onde ela conta que “Ela e eu erámos da mesma idade, a única diferença entre nós era se tínhamos tido sorte ou não” (JOHNSON, 2019, p. 126, tradução nossa)¹⁴. E nessa realidade que Takazato se deparou com a possibilidade e necessidade de se tornar uma ativista política em prol da condição e dos direitos das mulheres okinawanas, onde até hoje realiza e produz trabalhos muito importantes, apesar das diversas dificuldades enfrentadas.

¹³ “I spent 10 years listening to the heartbreaking stories of Okinawan women whose lives were destroyed and disrupted by the violence of militarism” (SUZUYO, 1994, p. 10).

¹⁴ She and I were the same age, and the only difference between us was whether we had been lucky or not” (JOHNSON, 2019, p. 126)

Figura 8: Foto de Suzuyo Takazato, uma das principais ativistas de Okinawa

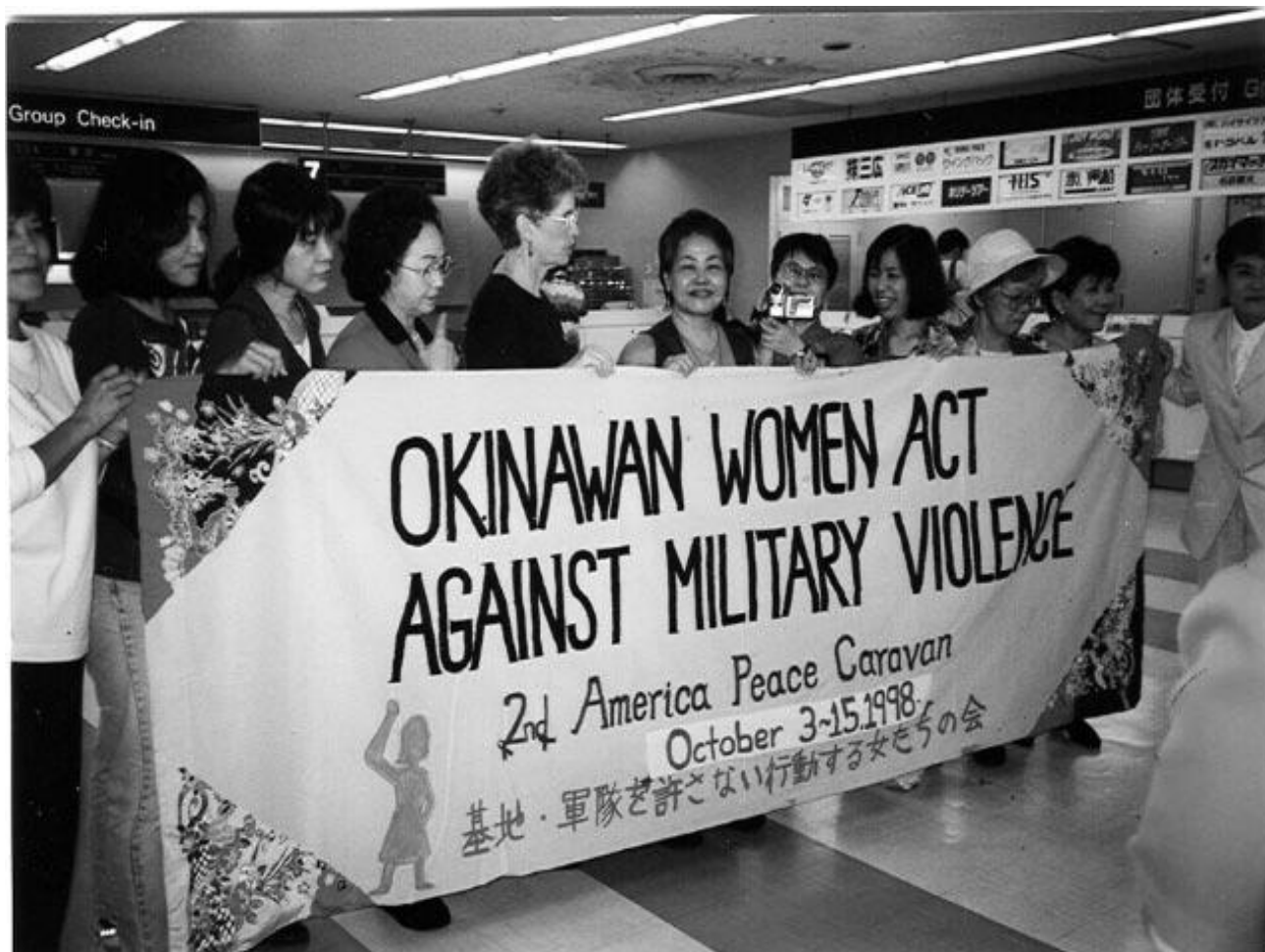


Fonte: THE MAINICHI, 2016.

O grupo que lidera todas as movimentações sobre as mulheres em Okinawa é o *Okinawa Women Act Against Military Violence* (OWAAMV) ou 基地・軍隊を許さない行動する女たちの会, pioneiro nesse tipo de articulação política na ilha, possui quase trinta anos de existência. Kozue Akibayashi (2020) afirma que a fundação oficial do OWAAMV se deu no dia 8 de novembro de 1995, com a iniciativa de Suzuyo Takazato, no auge dos protestos e movimentos políticos que se sucederam depois do conhecido caso de estupro da menina de doze anos no mesmo ano. No entanto, os membros do grupo já realizavam algumas ações relevantes antes da sua fundação, o mais conhecido de todos é a ida de setenta e uma mulheres okinawanas para a IV Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher das Nações Unidas no dia 11 de setembro de 1995, sediada em Pequim, onde foram levadas questões sobre o notável caso de estupro do mesmo ano e a presença de bases militares estadunidenses na ilha. Após isso, o

OWAAMV continuou organizando passeatas, protestos, reuniões e visitas à órgãos públicos japoneses até hoje.

Figura 9: Foto do OWAAMV indo para o evento 2º *America Peace Caravan* em 1998



Fonte: OKINAWA WOMEN ACT AGAINST MILITARY VIOLENCE, 1998.

Figura 10: Foto do OWAAMV em um dos protestos



Fonte: OKINAWA WOMEN ACT AGAINST MILITARY VIOLENCE, 1998.

Um dos trabalhos mais importantes feitos pelo OWAAMV, foi a criação de documentos cronológicos sobre os casos de violência sexual contra mulheres cometidos por militares estadunidenses, onde Takazato e outros membros, como Harumi Miyagi e Yoko Fukumura, perceberam a ausência de documentos oficiais em relação a esses casos, principalmente no que se refere ao período onde Okinawa estava sob o controle dos Estados Unidos, que corresponde do ano de 1945 a 1972 (AKIBAYASHI, 2020. p.43). De acordo com o jornal independente *Japan Times*, as fontes para a criação desse documento foram jornais, livros, documentos oficiais do governo estadunidense e testemunhos orais de locais e no ano de 2016, foi publicada sua versão final com o nome “*Postwar U.S. Military Crimes Against Women in Okinawa*”, em forma de um livreto com 26 páginas. Infelizmente, o seu acesso é limitado, visto que ele não é disponibilizado no formato online, algo constatado na busca feita durante a elaboração do presente trabalho. Apesar desses dados estarem longe de conferir a totalidade da quantidade de violência sexual que já ocorreram, é considerado um passo muito grande para que diversas histórias de mulheres apagadas da história okinawana fossem ouvidas. Em meio a publicação, um dos dados mais chocantes foi que a vítima mais jovem encontrada era um bebê com apenas nove meses de idade.

Outra iniciativa importante surgiu junto com o OWAAMV, em novembro do ano de 1995. A *Rape Emergency Intervention Counseling Center Okinawa* ou REICO é um centro especializado de atendimento a vítimas de violência sexual, onde Akibayashi (2020) explica que é um projeto onde diversas mulheres voluntárias treinadas realizam algumas ações para amparar essas vítimas, como plantões pelo telefone, auxílio de lar temporário ou encaminhamento a clínicas psicológicas. Com o desenvolvimento da REICO, o governo japonês auxiliou de algumas formas, principalmente com o suporte financeiro, mas também ajudou na criação de um centro físico para que os serviços fossem oferecidos presencialmente, onde as vítimas teriam auxílio médico, legal e financeiro. Além disso, foi implementado o projeto “*Child Assault Prevention in Okinawa*” (*Okinawa CAP Center*), que consiste em um centro especializado para atender crianças vítimas de assédios e que oferece workshops para toda a comunidade aprender algumas formas de conduta ao depararem com algum caso de violência com crianças.

Akibayashi (2020) escreve que a atuação do OWAAMV se expandiu internacionalmente ao longo do tempo, possibilitando a formação de uma rede de contatos com outras iniciativas de mulheres que discutiam e lutavam contra o militarismo estadunidense e a violência sexual. Uma das primeiras parcerias ocorreu na própria região da Ásia, especificamente com mulheres das Filipinas, país que sofre também com a presença de bases militares estadunidenses, no qual foi criada uma rede chamada “*Holding Hands with Asia*” que realizou visitas e trocas de informações acerca da prostituição de mulheres nas bases militares, fenômeno bastante recorrente em países militarizados. Assim, foram formuladas outras redes de contato, até dar origem ao “*East Asia - U.S Women’s Network Against Militarism*”, um grande grupo com coletivos diferentes de diferentes países asiáticos, como Okinawa, Japão, Filipinas e Coreia do Sul, juntamente com os Estados Unidos, com o objetivo de discutir sobre “[...] segurança a partir de uma perspectiva feminista para garantir a segurança de mulheres e crianças” (AKIBAYASHI, 2020, p. 48)¹⁵.

Com o objetivo de expandir ainda mais o ativismo político, foi criado uma outra rede que englobava países de quase todas as regiões do globo, chamada “*International Women’s Network Against Militarism*”, no qual mulheres de Okinawa, Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Porto Rico, Austrália, Palau e Estados Unidos se reúnem em conferências para criar estratégias acerca das diversas questões que permeiam as mulheres e as bases militares estadunidenses,

¹⁵ [...] security from a feminist perspective to assure the security of women and children” (AKIBAYASHI, 2020, p. 48).

desde a violência sexual até a educação de crianças nascidas da relação entre militares americanos e as mulheres locais (AKIBAYASHI, 2012, p.109).

Takazato afirma que já experienciou muitos momentos de ataques ao seu grupo e discurso, principalmente em protestos nas ruas. Em sua maioria, homens apontam que a questão das mulheres okinawanas não é político ou que existem outros problemas considerados mais sérios, para serem resolvidos com mais urgência. Uma vez, ela ouviu um homem ativista contra as bases militares dizendo: “Você! Você que sempre se manifesta apenas sobre a questão da violência contra a mulher. Isso não é político. Isso não é o que o Tratado de Segurança entre Estados Unidos e Japão se trata!” (JOHNSON, 2019, p. 139, tradução nossa).¹⁶

4.4 Conclusão do capítulo

Neste capítulo foi trabalhado brevemente o atual contexto okinawano em relação às bases militares estadunidenses, que por sua vez, não houve muitas alterações e constatou que as demandas exigidas pelos okinawanos por mais de cinquenta anos continuam não tendo atenção pelo governo japonês e pelo sistema internacional. As mudanças geracionais de Okinawa apontam que cada vez menos pessoas estão dispostas a mudarem a realidade da ilha sem a presença militar estadunidense, visto que poucos atualmente se recordam do seu território antes da colonização estrangeira.

No entanto, existe um movimento e uma conscientização maior acerca do problema de violência contra as mulheres locais nos últimos vinte anos, como pode ter sido visto nas atuações do *Okinawa Women Act Against Military Violence*. Porém, o trabalho de inserir e levantar a bandeira da luta das mulheres okinawanas em um contexto político complexo, onde diversas pautas estão em disputa é um caminho marcado por dificuldades e preconceito. Além de que os casos de violência sexual são vistos como questões privadas e isoladas da ilha, sem uma grande importância para o entendimento da amplitude da história de Okinawa.

Tendo em vista disso, por fim, foi mencionado o caso de assassinato e estupro de Rina Shimabukuro que ocorreu em 2016, que é considerado como o caso mais relevante desta natureza desde o ano de 1995. Neste tópico, além de trazer detalhes sobre o ocorrido, foi analisado a sua relação com o caso de 1995, e como a sociedade japonesa pode ser cruel com vítimas que são mulheres adultas, quando comparadas a vítimas que são consideradas crianças.

¹⁶ “[...] You! You always only raise the violence against women issue. That’s not political. That’s not what the U.S. – Japanese Security Treaty is about!” (JOHNSON, 2019, p. 139).

Buscou-se também utilizar fotografias que ilustram as mulheres citadas neste capítulo, desde Suzuyo Takazato, a maior ativista okinawana em prol dos direitos das mulheres e contra o militarismo, até Rina Shimabukuro, vítima de um contexto político que a envolveu em um crime brutal, que permitiu que seu corpo fosse violentado e que sua vida fosse interrompida.

5 AMEJOS: UMA OUTRA REALIDADE DAS MULHERES OKINAWANAS

5.1 Introdução

Em uma realidade como a de Okinawa, que envolve diversas camadas de silenciamento e negligência em sua história, marcada pelo militarismo, colonialismo e do imperialismo japonês e estadunidense, é inegável a existência de milhares de visões e vivências diferentes de seu povo acerca de uma série de questões da ilha, sobretudo no que se refere à política e a economia. Nesse sentido, pode-se afirmar que neste contexto, as mulheres okinawanas também compartilham de percepções diferentes entre si sobre o território em que vivem, principalmente no que diz respeito à presença das bases militares estadunidenses.

Considerando isso, o presente texto vem desenvolvendo e trazendo um pouco da história e dos relatos de diversas mulheres okinawanas acerca do objeto referenciado e seguindo este mesmo objetivo, é possível afirmar que existe uma visão feminina que representa um “outro lado” da mesma história, mais conhecido como o das mulheres *amejos*, tópico este que será o enfoque deste quarto capítulo. Além disso, será trabalhado a questão do estereótipo criado para as mulheres asiáticas, principalmente pela masculinidade dita “ocidental”, e como ele se relaciona com as dinâmicas de poder presentes nas relações das mulheres com os militares estadunidenses em Okinawa.

5.2 Mulheres *amejos*: definição e vivência

Neste tópico será trabalhado a definição da palavra “*amejo*” e as características das mulheres que são categorizadas nesta nomenclatura, além de trazer relatos reais das mesmas sobre a sua vivência em Okinawa. Será também analisada a forma como estas mulheres são inseridas no panorama complexo que envolve as bases militares norte-americanas, violência sexual e suas vítimas, assim como a sua relação com a comunidade local. Para tal análise, será utilizado como referência principal, a obra de Johnson (2019), que é uma das únicas pesquisadoras que possui um material publicado de uma pesquisa de campo sobre o tema em questão.

Segundo Johnson (2019), *amejo* é um termo criado e utilizado pela comunidade okinawana para se referir às mulheres que gostam e querem se relacionar com homens estadunidenses, no qual pensando no contexto okinawa com as bases, é possível afirmar que estes homens são ou foram, em sua maioria, militares. No que se refere à construção do termo, a autora explica que o prefixo “*ame*” corresponde ao “*Americans*” e o sufixo “*jo*” é da palavra

okinawana “*jogu*”, que significa gostar ou “ter apetite para” algo. No entanto, observa-se que alguns pesquisadores, por um equívoco, associam o “*jo*” como mulher, pois na língua japonesa o ideograma “女” pode ser lida com essa fonética. Johnson (2019) explica que segundo o professor Makoto Arakaki:

A palavra “normalmente se refere à preferência alimentar de alguém”, [...] “e quando o termo se refere a pessoas, carrega fortes conotações sexuais. Portanto, ‘Ame-jo’ significa literalmente uma mulher que favorece um homem americano para aguçar seu apetite sexual” (JOHNSON, 2019, p. 34)¹⁷.

Além disso, existem variações do termo de acordo com cada preferência, como por exemplo, “*kokujo*” se refere à escolha de se atrair por homens negros (o sufixo “*koku*” se refere à raça negra na língua japonesa), já “*hakujo*” é para aquelas que preferem homens brancos (o sufixo “*haku*” se refere à raça branca na língua japonesa) e existem também a “*spajo*”, que são para aquelas que gostam de homens latinos (JOHNSON, 2019, p. 34).

Nos relatos oferecidos por algumas pessoas locais, em sua maioria mulheres, Johnson (2019) escreve que uma mulher *amejo* pode ser descrita de diferentes maneiras, porém, todas possuem um significado bastante pejorativo e machista. Algumas jovens estudantes okinawanas disseram à autora que *amejos* são aquelas mulheres que possuem uma aparência caracterizada por utilizar bastante maquiagem, brincos grandes, roupas curtas e apertadas, saltos, sobancelhas marcantes, juntamente com uma personalidade forte que gostam de curtir uma noite em bares com homens norte-americanos. Entretanto, a professora Maki Sunagawa do *Okinawa Christian University*, relata que “[...] uma *amejo* é uma mulher que namora soldados americanos sem entender a situação política e histórica de forma mais ampla (JOHNSON, 2019, p. 35, tradução nossa).¹⁸ e devido a isso, nem todas as mulheres que se relacionam com estadunidenses podem ser categorizados como *amejos*, pois algumas não tem o conhecimento e discernimento para interpretar a complexa relação de Okinawa e os Estados Unidos, e outras possuem uma posição clara de oposição para a presença de bases militares norte-americanas na ilha, porém, elas mantêm os seus relacionamentos separados de todo essa problemática.

Em uma reportagem documentária feita pelo grande canal de televisão norte-americano VICE e postada em sua conta no Youtube no ano de 2021, a jornalista Hanako Montgomery entrevista uma mulher bastante jovem, com dezoito anos na época, chamada Nanoki, para falar

¹⁷ The word “normally refers to one’s food preference”, [...] “and when the term refers to people, it carries strong sexual connotations. Therefore, ‘Ame-jo’ literally means a woman who favours an American man to whet her sexual appetite” (JOHNSON, 2019, p. 34).

¹⁸ [...] an *amejo* was a woman who dated American soldiers without understanding the larger political and historical situation” (JOHNSON, 2019, p. 35).

sobre como é a vida de uma *amejo*. Durante todo o vídeo, é mostrado o estilo de vida de Nanoki, além de gravações das ruas de Okinawa, mais especificamente de um local chamado “*American Village*”. Os depoimentos mais relevantes da entrevistada eram como a influência da cultura estadunidense ajudou na sua autoestima, afirmando que ser uma mulher vista como atraente com atributos físicos semelhantes aos das norte-americanas, fizeram com que se sentisse mais confiante. Além disso, ela descreveu que as mulheres *amejos* gostam de se vestir com roupas mais curtas e apertadas, maquiagem mais pesada e utilizam o cabelo liso, longo e preto. Ao ser questionada pela jornalista sobre as escolhas de vestimenta, Nanoki respondeu que a razão dada para essa preferência era de que os homens norte-americanos as preferiam dessa forma, principalmente por fugirem do padrão que as mulheres japonesas são vistas na sociedade (JAPAN’S..., 2021).

Figura 11: Trecho do vídeo do VICE sobre as *amejos*



Fonte: JAPAN’S..., 2021

Na figura acima, que é uma parte do vídeo citado, Nanoki afirma que *amejos* são vistas muitas vezes como mulheres “fáceis” sexualmente e são chamadas por adjetivos machistas e pejorativos, equivalentes a “vadias” no Brasil. No entanto, na conclusão do vídeo, ela relata que acredita que as *amejos* são sinônimos de mulheres fortes que estão enfrentando as mudanças no mundo e desafiando os padrões da sociedade, principalmente por se relacionarem com estrangeiros e consequentemente, tendo sonhos de aprender uma nova língua, no caso o inglês, e viajando para os Estados Unidos.

5.3 *Amejos*: militarismo e a fetichização da mulher asiática

Considerando o que foi apresentado no tópico anterior, é possível fazer algumas análises acerca das problemáticas que o grupo das “*amejos*” carrega, sobretudo no contexto que envolve violência sexual, militarismo e fetichização da mulher asiática como o de Okinawa. Nesse sentido, busca-se aqui explorar como o imaginário positivo e atrativo criado pelos Estados Unidos, na tentativa de convencer os locais okinawanos que a presença estadunidense, incluindo suas bases militares, eram de alguma forma benéfica para eles. Para isso, o foco será colocado para a relação que essa realidade possui com as mulheres okinawanas, citando como a cultura estadunidense foi inserida na ilha e como ela afeta o estilo de vida das mesmas, além do seu papel militarista e imperialista.

Neste capítulo, já foi mencionado sobre o *American Village* que existe em Okinawa, um local que possui simbologias e mostrou uma das formas de como o imperialismo estadunidense se materializou no território. Segundo Ginoza (2007), o *American Village* foi construído na cidade de Chatan no ano de 1992, região central da ilha, e ele consiste em ser uma espécie de bairro ou vila que tem diversos elementos da cultura estadunidense, inspirada na cidade militar de San Diego. O local reúne milhares de turistas todos os anos e já é ponto de referência para jovens okinawanos e japoneses, especialmente para aqueles que são entusiastas dos Estados Unidos. Além de atrair muitos militares estadunidenses, pois mais da metade da cidade é composta pelas instalações militares norte-americanas.

Figura 12: Foto da entrada do American Village



Fonte: VISIT OKINAWA JAPAN, s/ data.

Figura 13: Foto aérea do American Village



Fonte: OKINAWA TRAVELER, s/ data.

Ginoza (2007) afirma que a justificativa dada pelos órgãos locais sobre a construção do American Village foi a necessidade que eles sentiam de criar algo que fosse diferente do que já existe em Okinawa com o objetivo de atrair mais turistas e modernizar a ilha, além de criarem um lugar que fosse familiar aos militares. Entende-se que toda essa tentativa de modernização e de tornar o território mais atrativo para o turismo por parte da própria prefeitura okinawana seja bastante problemática, pois cria-se uma realidade onde exista a normalização da presença militar estadunidense, no sentido que isto seja uma forma de convivência para que o país estrangeiro em questão domine seu povo, sobretudo os mais jovens e as mulheres, que como já foi citado diversas vezes, é um dos grupos que mais são afetados pelos Estados Unidos. O seguinte trecho sintetiza o argumento aqui apresentado:

Essa nomeação de instalações de diversão, portanto, garante um controle cultural efetivo que constitui a hegemonia e a colonização das mentes dos okinawanos, bem como a colonização da natureza de Okinawa. A paisagem "americanizada" produz a subjugação da natureza de Okinawa - árvores nativas, plantas, telhas, campos de cana-de-açúcar etc. - como pano de fundo da paisagem de "edifícios de estilo americano". Quando os visitantes e as atenções são direcionados para os edifícios americanos, eles são direcionados para associar a cultura (o primeiro plano) com a América e a natureza (o fundo) com Okinawa (GINOZA, 2007, p. 137, tradução nossa).¹⁹

Nesse sentido, é relevante pontuar como é possível relacionar a questão das mulheres okinawanas, especialmente as *amejos*, dentro desse arranjo, que envolve as consequências da presença militar estadunidense e a sua violência contra as mesmas. Resgatando a ideia da naturalização da presença militar em Okinawa, Enloe (2004) afirma que:

Como qualquer ideologia, o militarismo é um pacote de ideias. É uma compilação de suposições, valores e crenças. Quando qualquer pessoa — ou instituição ou comunidade — adota o militarismo, está adotando afirmações de valores particulares sobre o que é bom, certo, adequado e sobre o que é ruim, errado e impróprio. Ao abraçar a ideologia do militarismo, uma pessoa, instituição ou comunidade também está aceitando um pacote distinto de crenças — sobre como o mundo funciona, sobre o que move os seres humanos (ENLOE, 2004, p. 219, tradução nossa)²⁰.

¹⁹ This naming of amusement facilities, thus, ensures an effective cultural control constituting hegemony over and colonization of the minds of Okinawans as well as the colonization of Okinawan nature. The "Americanized" landscape produces the subjugation of Okinawan nature-indigenous trees, plants, roofing tile, sugar cane fields, etc.-as a background of the landscape of "American-style buildings." When visitors and attentions are directed to the American buildings, they are directed to associate culture (the foreground) with America and nature (the background) with Okinawa (GINOZA, 2007, p. 137).

²⁰ Like any ideology, militarism is a package of ideas. It is a compilation of assumptions, values, and beliefs. When any person— or institution or community—embraces militarism it is thus embracing particular value assertions about what is good, right, proper and about what is bad, wrong, and improper. By embracing the ideology of militarism, a person, institution, or community is also accepting a distinctive package of beliefs— about how the world works, about what makes humans tick (ENLOE, 2004, p. 219).

Tendo em vista disso, um dos valores e crenças que a autora se refere podem ser colocados, a partir de um viés feminista sobre Okinawa, como a masculinidade hegemônica dos militares estadunidenses que perpetuam o comportamento violento para e com as mulheres locais, além de como essa masculinidade pode refletir na visão que essas mulheres podem ter desses homens. Johnson (2019) escreve que as mulheres okinawanas, sendo consideradas como *amejos* ou não, relatam que se interessam por homens norte-americanos por acharem que são mais atraentes fisicamente do que os homens locais, além de se sentirem mais valorizadas, como aponta o seguinte trecho: “[...] a maneira como eles se pareciam, agiam, se vestiam, falavam inglês, colocava as mulheres em primeiro lugar. Os homens americanos tinham grandes corações, como nos filmes de Hollywood. Para ela, eles eram estrelas de cinema, perfeitos, românticos e emocionantes” (JOHNSON, 2019, p. 33, tradução nossa).²¹.

A imagem descrita pelas okinawanas sobre os militares estadunidenses é reflexo dos resultados das ações imperiais e coloniais que o país norte-americano orquestrou desde a tomada de suas terras em 1947, onde o maior objetivo era criar uma realidade que a presença estadunidense, sobretudo militar, era necessário e bom para a ilha. Ginoza (2007) aponta que nas questões dos papéis e discriminação de gênero, o ambiente estadunidense com seus elementos culturais parecia mais progressista e liberal no sentido de que as mulheres eram mais livres, longe de como o “feminino” era visto na sociedade japonesa e okinawana, que por sua vez, é conhecido por ter uma tradição mais conservadora e machista. Assim, “[...] esses entendimentos de gênero e raça apoiam a noção militarizada de masculinidade dos soldados, bem como a ideia dos EUA como mais modernos e, ironicamente, menos patriarcais, e fornecem uma base ideológica e justificativa para a militarização do espaço de Okinawa (GINOZA, 2007, p. 141, tradução nossa)²².

Entretanto, essas mulheres não estão sendo inseridas em um ambiente menos machista, tampouco mais respeitoso, visto que em uma dinâmica onde existe uma figura masculina que possui um poder maior, neste caso por ser representado por um militar dos Estados Unidos, com a sua masculinidade legitimada, sob uma outra figura, que é feminina e pertence à comunidade local que foi colonizada pelo tal país estrangeiro, origina-se uma relação problemática carregada de violências, preconceitos e estereótipos. Esse cenário se intensifica

²¹ “[...] the way they looked, acted, dressed, spoke English, put ladies first. American men had big hearts, like in Hollywood movies. To her, they were movie stars, perfect and romantic and thrilling” (JOHNSON, 2019, p. 33).

²² “[...] these gendered and racialized understandings support the GIs’ militarized notion of masculinity as well as the idea of the U.S. as more modern and, ironically, less patriarchal, and provide an ideological base and justification for the militarization of Okinawan space” (GINOZA, 2007, p.141).

em locais como o de *American Village*, no qual o poder de influência sobre as mulheres okinawanas se torna maior, justificada pelo argumento apresentado no parágrafo anterior.

Essa dinâmica de poder, dá origem à exotificação ou à fetichização das mulheres okinawanas por parte dos militares norte-americanos, que conseqüentemente pode resultar na violência de seus corpos. O pensamento que coloca a mulher asiática no lugar do exótico e do passivo, pode ser explicada a partir do conceito criado por Said (2007) sobre Orientalismo, que é em poucas palavras, a ideia de colocar a cultura e os indivíduos do dito “Oriente” como passivos, inferiores e exóticos. Essa concepção é utilizada para analisar diversos movimentos de colonialismo e imperialismo da Europa e dos Estados Unidos na Ásia e isso inclui como as mulheres de lá são vistas. Tendo em vista disso, Johnson (2019) confirma e relata que alguns militares se referem às mulheres okinawanas como “[...] ‘boas cuidadoras’, ‘dispostas a servir os militares’, ‘muito passivas’, ‘contidas e reservadas’... ‘muito femininas e fáceis de paquerar’ e ‘baixas e pequenas’” (JOHNSON, 2019, p. 61, tradução nossa)²³.

Entende-se aqui que as mulheres okinawanas, principalmente as que são classificadas como *amejos*, sofrem de um duplo preconceito e estigmatização, o primeiro vindo dos soldados norte-americanos e o outro da própria comunidade local. O segundo ocorre, pois, essas mulheres são julgadas pelas suas aparências e comportamentos, que vão para o lado oposto dos papéis de gênero estabelecidos pela cultura japonesa. Além de que elas são lidas como um grupo que está contra a independência e a soberania de Okinawa, e que ignoram os diversos problemas que os Estados Unidos trouxeram para a ilha. Dessa forma, quando essas mulheres são vítimas de violência sexual ou de qualquer outro tipo de abuso cometido por algum militar estadunidense, sofrem de um possível silenciamento ou julgamento da sociedade que colocariam elas em lugar passível de violência. Sobre isto, Akemi Johnson afirma que:

A *amejo* é a “outra” garota do bar, semelhante, mas, menos elegante, genuína e inteligente. A *amejo* é a rival. A *amejo* é a cadela inútil. A *amejo* é o oposto de uma vítima de assédio sexual. Ela é uma mulher que escolheu se envolver com o perigo conhecido do soldado americano [...]. A *amejo* está além da simpatia do público, a *amejo* pode ser silenciada (JOHNSON, 2019, p. 34)²⁴.

O caso de Rina Shimabukuro, de 2016, já apresentado no terceiro capítulo do presente texto, é um exemplo bastante adequado para mostrar esse silenciamento e julgamento no

²³ [...] ‘good care-takers’, ‘willing to ‘serve the [GIs]’, ‘very passive’, ‘held back and reserved’... ‘very feminine and easy to flirt with’ and ‘short and tiny’” (JOHNSON, 2019, p. 61).

²⁴ An *amejo* was the other girl at the club similar, maybe, but less classy or genuine or smart. An *amejo* was a rival. An *amejo* was a trashy bitch. An *amejo* was the opposite of a sexual assault victim. She was a woman who chose to engage with the known danger of the American soldier [...]. An *amejo* was beyond the sympathy of the public; an *amejo* could be silenced (JOHNSON, 2019, p. 34).

cotidiano de Okinawa. No entanto, este trabalho não busca culpabilizar nenhuma das partes, nem as mulheres okinawanas *amejos*, muito menos a comunidade local, mesmo que esta tenha grandes raízes patriarcais. O maior objetivo aqui é retratar as consequências que uma colonização imperialista e militarista pode afetar a vida de mulheres que, quando se analisa o contexto político de forma mais ampla, podem nem serem citadas.

5.4 Conclusão do capítulo

Este último capítulo foi inserido neste presente trabalho pois houve a necessidade de retratar um lado que está mais desconhecido nas análises da violência sexual contra a mulher nas bases militares em Okinawa. A partir de histórias das mulheres *amejos*, entende-se que existe uma realidade que enxerga o militarismo estadunidense de uma forma diferente do que as ativistas do OWAAMV, como por exemplo, e isso pode explicar muito mais as consequências e as ações utilizadas por países hegemônicos como os Estados Unidos para perpetuar o seu imperialismo em países como Japão e Okinawa, do que as abordagens tradicionais das Relações Internacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever um trabalho sobre violência de gênero é uma tarefa difícil dentro das Relações Internacionais, principalmente pelos métodos e abordagens tradicionais existentes no campo. Quando se refere a violência sexual contra mulheres que são de um território colonizado, como Okinawa, e seus agressores são militares de um país hegemônico, como Estados Unidos, essa tarefa pode se tornar mais complexa, dados os diversos impeditivos que podem surgir no caminho. E foi neste contexto que o presente trabalho foi desenvolvido, o objeto em questão escolhido para análise, carrega muitas especificidades que fizeram com que não existisse muitos materiais que abordassem sobre o tema, levando o silenciamento e a invisibilidade da história de mulheres vítimas de violência sexual durante toda a história de Okinawa, desde o período que antecede 1947, ano escolhido para iniciar esta pesquisa.

Após reflexão dessa problemática, foi estabelecido que o maior objetivo deste trabalho era amplificar a voz, dentro da comunidade acadêmica e fora dela, das diversas mulheres que possuíam uma vivência, um papel e uma visão própria sobre a presença das bases militares estadunidenses na ilha de Okinawa, que junto com ela, traz muitas questões políticas, sociais e econômicas da relação que o Japão possui com o território, assim como os Estados Unidos. O maior foco aqui é enfatizar os relatos das vítimas de violência sexual e denunciar os problemas que o militarismo, a hegemonia estadunidense e suas masculinidades podem afetar na vida do povo okinawano, sobretudo das mulheres. No entanto, percebe-se que para compreender a totalidade da situação das mulheres okinawanas, era preciso incluir relatos que vão além das vítimas, como ativistas presentes na ilha que lutam todos os dias contra o militarismo e a violência de gênero ou as *amejos*, que de primeiro momento, parecem estar de alguma forma, em lugares opostos das que foram citadas anteriormente. E nesse sentido que este texto buscou englobar todas essas vozes, incluindo, quando possível, fotografias dessas mulheres.

Situar toda essa análise em termos de relações de força como referencial metodológico de análise histórica não é uma tarefa fácil. Por um lado, observa-se que a luta das mulheres japonesas de Okinawa e de outras localidades se desdobrou em alguns avanços no sentido de reconhecer alguns direitos para a mulher, semelhantes àqueles ditos “ocidentais” e criou uma rede nacional e internacional de apoio e de luta. A hegemonia internacional estadunidense e a hegemonia no Japão, avaliada em diferentes temporalidades de curto e longo prazo, permanecem com seus conteúdos masculinos. Ainda que os pequenos avanços e as lutas de todas as mulheres envolvidas neste escopo sejam dignas de reconhecimento e de publicidade, há que se ponderar sobre as questões conjunturais e de longo prazo.

Conforme foi visto desde o início do trabalho, elementos de várias dimensões, quais sejam, políticos, linguísticos, culturais, dentre outros, compõem uma visão de mundo masculinizada que se manifestou de forma desigual e combinada tanto no contexto mais amplo, internacional, quanto aquele em nível local. A tradução (em sentido gramsciano) da hegemonia estadunidense, enquanto ressignificação, recepção de seu conteúdo para o Japão e para a particularidade de Okinawa se desdobrou em termos não homogêneos e não lineares, entre outras dimensões, numa ótica masculinizada. Coerção e consenso, violência e persuasão como componentes assimétricos em distintos momentos históricos que pautaram a hegemonia e os conflitos em diferentes enfoques sobre Okinawa e suas mulheres se manifestaram nos casos relatados e analisados. As frações de classe hegemônicas, em qualquer processo histórico e com as devidas particularidades, buscam fazer concessões também e passivizar frações de classes e de grupos subalternos, aspecto que envolvem necessariamente as mulheres em algumas de suas demandas, mas sem dar-lhes efetivamente protagonismo político. Trata-se de um ponto que compõe os distintos processos históricos mais amplos do Japão enquanto diferentes conteúdos e contextos de revoluções passivas, modernizações conservadoras. Neste esteio, há que se reconhecer os avanços decorrentes das lutas das mulheres de Okinawa e do Japão, mas também concessões às mulheres sem que isto implique numa transformação e superação profundas das questões de jugo histórico sobre as mesmas. O silenciamento das mulheres okinawanas é um sintoma bastante significativo deste entendimento e que fica fortemente evidenciado na enorme dificuldade deste trabalho em obter fontes e literatura especializada pertinente. A partir disto, afirma-se que a hipótese do trabalho foi sustentada. De modo coerente com os referenciais teóricos que guiam esta pesquisa, que ela possa ser o início de uma luta teórico-prática que contribua para romper este silenciamento e avance na luta das mulheres de Okinawa e do Japão.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Gavin; KELLY, Tim. Ex-US military base worker who raped and murdered a 20 - year-old Woman jailed for life in Japan. **Mirror**, 01 Dez., 2017. Disponível em: <https://www.mirror.co.uk/news/world-news/ex-military-base-worker-who-11618467>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- ALLINSON, Jamie C.; ANIEVAS, Alexander. The uneven and combined development of the Meiji Restoration: A passive revolutionary road to capitalist modernity. **Capital & Class**, cidade, v. 34, n. 3, p. 469-490, 2010.
- AKIBAYASHI, Kozue; TAKAZATO, Suzuyo. Okinawa: women's struggle for demilitarization. In: LUTZ, Catherine. **The bases of empire: the global struggle against US military bases**. Londres: Pluto Press, 2009. p. 243-269.
- AKIBAYASHI, Kozue. ジェンダーの視点から考える在沖縄米軍基地 (A base militar estadunidense sob a perspectiva de gênero). **国際女性 (International Women)**, n. 12, p. 106-109, 2012. Disponível em: https://www.jstage.jst.go.jp/article/kokusaijosei/26/1/26_106/_pdf/-char/ja. Acesso em 30 dez. 2022.
- AKIBAYASHI, Kozue. Okinawa women act against military violence: an island feminism reclaiming dignity. **Okinawan Journal of Island Studies**, n. 1, p. 37-54, 2020. Disponível em: <https://u-ryukyu.repo.nii.ac.jp/record/2012349/files/%5B037-054%5D.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- ANGST, Linda Isako. The sacrifice of a schoolgirl: the 1995 rape case, discourses of power, and women's lives in Okinawa. **Critical Asian Studies**, v. 33, p. 243-266, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14672710122284>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 20. ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics**. Berkley: University of California Press, 2014.
- ENLOE, Cynthia. **The curious feminist: searching for women in a new age of empire**. Berkley: University of California Press, 2004.
- FRIEDMAN, George; LEBARD, Meredith. **EUA x Japão guerra à vista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- GINOZA, Ayano. The American Village in Ginoza - redefining security in a "militourist landscape". **The Journal of Social Science**, p. 135-155, 2007. Disponível em: <https://cir.nii.ac.jp/crid/1390572176237781120>. Acesso em: 14 jan. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**: edizione a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1975.

HONG, Yunshun. “**Comfort Stations**” as remembered by Okinawans during World War II. Leiden: Brill, 2020.

JAPÃO REAL. Japão adiciona Okinawa ao estado de emergência. 21 Mai. 2021. Disponível em: <https://japaoreal.com/2021/05/21/japao-adiciona-okinawa-ao-estado-de-emergencia/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

JAPAN’S stereotypes against amejo in Okinawa. Asia:Vice Asia, 2021. 1 vídeo (13 min), colour. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=70H0EA83dJA&t=303s>. Acesso em: 17 jan. 2023.

JOHNSON, Akemi. **Night in the American Village: women in the shadow of the U.S. military bases in Okinawa**. The New Press, 2019.

KELLY, Dominic. The social origins of Japanese nuclear power: a Gramscian analysis. *International Politics*, v. 54, n. 2, p. 182-202, 2017.

KELLY, Tim; ALLEN, Gavin. Ex-US military base worker who raped and murdered a 20-year-old woman jailed for life in Japan. **Mirror**, 1 Dec., 2017. Disponível em: <https://www.mirror.co.uk/news/world-news/ex-military-base-worker-who-11618467>. Acesso em: 26 jan. 2023.

KERR, H. George. **Okinawa**: the history of island people. North Clarendon: Tuttle Publishing, 2000.

KRONSELL, A. Methods for studying silences: gender analysis in institutions of hegemonic masculinity. In: ACKERLY, B.A.; STERN, M.; TRUE, J. **Feminist Methodologies for International Relations**, Cambridge: Cambridge University, 2006, p. 108-128.

MATSUOKA, Misato. **Hegemony and the US-Japan Alliance**. London, New York: Routledge, 2019.

MIKANAGI, Yumiko. Okinawa: women, bases and US-Japan relations. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 4, n. 1, p. 97-111, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26156559>. Acesso em: 30 dez. 2022.

MIZOGUCHI, So. Narratives of the early stage of American occupation in Okinawa. **Japanese Studies Review**, v. 22, p. 51-76, 2018. Disponível em: <https://asian.fiu.edu/projects-and-grants/japan-studies-review/journal-archive/volume-xxii-2018/mizoguchi-so-narratives-of-the-early-stage-of-american-occupation-in-okinawa.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2022.

OKINAWA PREFECTURAL GOVERNMENT. U.S military bases in Okinawa. Disponível em: <https://dc-office.org/basedata>. Acesso em: 27 jan. 2023.

OKINAWA TRAVELER. **The 8 best places in Chatan that young people don't want to miss!**. Disponível em: <https://www.okinawatraveler.net/en/feature/special20>. Acesso em: 14 jan. 2023.

OKINAWA WOMEN ACT AGAINST MILITARY VIOLENCE. **Okinawa women's America peace caravan**, 17 Fev., 1996. Disponível em: https://bcrw.barnard.edu/archive/militarism/okinawa_womens_american_peace_caravan.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

PARRILHA, Ariel da Silva. As “mulheres de conforto” coreanas e a violência sexual estratégica: uma análise. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2022.

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SERRANO, A. Richard. Okinawa: race, military justice and the Yumiko-chan incident. **The Asia-Pacific Journal**, v. 19, n.2, p. 1-8, 15 Nov. 2021. Disponível em: <https://apjff.org/2021/22/Mitchell.html>. Acesso em: 28 dez. 2022.

TAIZO, Miyagi. Embattled Okinawa: mirror of the Asia-Pacific. **Nippon.com**, Politics, 12 Mai., 2022. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/in-depth/a08201/embattled-okinawa-mirror-of-the-asia-pacific.html>. Acesso em: 30 dez. 2023.

TAKAUCHI, Yuki. Rape & the sexual politics of homosociality: the U.S. military occupation of Okinawa. **Notches**, 2015. Disponível em: <https://notchesblog.com/2015/11/17/rape-and-the-sexual-politics-of-homosociality-the-us-military-occupation-of-okinawa-1955-56/>. Acesso em: 30 dez. 2022.

TAKAZATO, Suzuyo. Trials of Okinawa: a feminist perspective. **Race, Poverty & the Environment**, v. 4, n. 4, p. 10, 1994. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41555280>. Acesso em: 30 dez. 2022.

TANJI, Miyume. **Myth, protest and struggle in Okinawa**. New York: Routledge, Taylor-Francis Group, 2006.

THE MAINICHI. Interview: Why is there no end to sexual violence by U.S military personnel in Okinawa?. 15 Set. 2016. Disponível em: <https://mainichi.jp/english/articles/20160915/p2a/00m/0na/017000c>. Acesso em: 30 dez. 2022.

THE NACIONAL WWII MUSEUM. Iwo Jiwa and Okinawa: death at Japan's doorstep. Disponível em: <https://www.nationalww2museum.org/war/articles/iwo-jima-and-okinawa-death-japans-doorstep#:~:text=Read%20more%20in%20our%20online%20classroom.&text=Victory%20at>

%20Okinawa%20cost%20more,sniper%20during%20the%20final%20offensive. Acesso em: 19 fev. 2023.

TICKNER, J. A. **Gendering world politics: issues and approaches in the post-cold War era**. New York: Columbia University Press, 2001.

TOBE, Hideaki. Military bases and modernity: an aspect of americanization in Okinawa. **Transforming Anthropology**, v. 14, p. 89-94, 2006. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1525/tran.2006.14.1.89>. Acesso em: 30 dez. 2022.

TOMITA, Tomomi. Okinawan women's civic group chronicles sex crimes by U.S military. **Japan Times**, Tokyo, 18 Mar. 2021. News. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2021/03/18/national/social-issues/okinawa-women-military-violence/>. Acesso em: 30 dez. 2022.

UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARIES. Okinawa (Political). 1990. Disponível em: <https://maps.lib.utexas.edu/maps/japan.html>. Acesso em: 27 jan. 2023.

U.S ARMY JAPAN. Map of Honshu. Disponível em: https://www.usarj.army.mil/misc/map_honshu/. Acesso em: 27 jan. 2023.